



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - BNDES			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1952/15	DATA: 06/10/2015	
LOCAL: Plenário 9 das Comissões	INÍCIO: 14h42min	TÉRMINO: 17h27min	PÁGINAS: 79

DEPOENTE/CONVIDADO – QUALIFICAÇÃO

DALTON AVANCINI - Ex-Presidente da Camargo Corrêa.

SUMÁRIO

Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenção fora do microfone. Ininteligível.
Há palavras ou expressões ininteligíveis.
Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.
Grafia não confirmada: CLAIMS.
Há palavras ou expressões ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Boa tarde a todos.

Evocando a proteção divina e em nome do povo brasileiro declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar supostas irregularidades envolvendo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Dou como lido o expediente, tendo em vista a distribuição do resumo das correspondências recebidas na última semana e a publicação do extrato na página da Comissão. Cópia dessas matérias poderão ser solicitadas à Secretaria da Comissão.

Antes de iniciar a audiência pública, quero responder à questão de ordem levantada, na última reunião, pelo Deputado Betinho Gomes.

De acordo com o § 5º do art. 52 do Regimento Interno, a Comissão poderá incluir matéria na Ordem do Dia mediante requerimento de um terço dos membros, aprovado pela maioria absoluta da respectiva composição plenária.

O ato de criação da CPI determina que a Comissão seja composta por 27 membros titulares e o mesmo número de suplentes, totalizando 54 Deputados.

É preciso, então, definir se o requerimento deve ser assinado por um terço de 27 ou um terço de 54 Deputados. Se considerarmos que todos os membros titulares e suplentes podem assinar o requerimento de inclusão extrapauta, teremos que observar o quantitativo mínimo de 18 assinaturas, que representa um terço de 54. Porém, ao se considerar somente o número de vagas dos membros titulares, temos um quantitativo mínimo de nove assinaturas que representa um terço desses 27. Esse é o nosso entendimento.

Nesse caso, para que a assinatura de um membro suplente possa ser aceita, é preciso que ele esteja substituindo membro titular durante a reunião. Essa condição é verificada pelo painel de presença no momento da avaliação do requerimento pela Mesa.

A outra condição para aceitação do requerimento é o registro de presença de todos os autores à reunião. Esse tem sido o entendimento da Presidência desde o início dos trabalhos e deve ser considerado também neste caso, afinal é contraditório requerer a inclusão excepcional de uma matéria na pauta e não estar presente no momento na reunião.



Por fim, ressalto que o entendimento desta Presidência desta CPI nessa questão é o mesmo da Comissão de Finanças e Tributação e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, que são as duas principais Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados. Nós estamos seguindo os mesmos moldes, então, da CCJC e da CFT.

Com o agravante de que na última reunião, quando do requerimento solicitando a convocação para inclusão extrapauta do Embaixador Mauro Vieira, eu não o admiti — nós tínhamos, Deputado Zarattini, a assinatura de um titular que não registrou presença em plenário. Então, fica muito complicado para que nós possamos atender aos pleitos, contrariando o que determina o Regimento Interno e o que determinam jurisprudências já consagradas em outras Comissões desta Casa. Esse é o entendimento desta Presidência.

Quero, mais uma vez, de forma muito clara, muito cristalina, deixar sempre elencado aqui o meu posicionamento de sempre ser firme no entendimento, na compreensão do que determina o Regimento Interno desta Casa. Eu deixei de admitir um requerimento extrapauta para que o Embaixador Mauro Vieira fosse ouvido, mas admiti o do ex-Presidente Lula. Então mostra que nós não estamos aqui, de maneira alguma, com qualquer tipo de dubiedade a respeito das nossas ações. Esse será o nosso entendimento.

Informo aos Srs. Parlamentares que estão disponíveis cópias da ata da 14ª Reunião Ordinária da Comissão, realizada no dia 1º de outubro.

Indago ao Plenário se há necessidade da leitura da ata. *(Pausa.)*

Dispensada a leitura da ata, a pedido do Deputado Betinho Gomes.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Iniciaremos agora audiência pública para tomada de depoimento do Sr. Dalton Avancini, ex-Presidente da empresa Camargo Corrêa. O depoimento do Sr. Dalton Avancini decorre da aprovação dos Requerimentos nºs 47, de 2015, do Sr. Carlos Melles, e 147, de 2015, do Sr. Arnaldo Jordy.



Informo que o depoente falará na qualidade de testemunha. Os Deputados interessados em interpelar o depoente deverão inscrever-se previamente na Secretaria da Comissão.

Convido para sentar-se à mesa o Sr. Dalton Avancini. (*Pausa.*)

Informo que V.Sa. prestará depoimento na qualidade de testemunha, devendo prestar o compromisso de falar a verdade sobre o que souber e lhe for perguntado, nos termos dos arts. 203 e 210 do Código de Processo Penal. Advirto-o de que o descumprimento desse dever legal fará incidir sobre si as penas relativas ao falso testemunho previstas no art. 342 do Código Penal.

Passo a palavra, neste momento, ao Sr. Dalton Avancini para que possa fazer o seu termo de compromisso.

O SR. DALTON AVANCINI - Eu faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e do que me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Sa.

Passo a palavra, neste momento, ao Sr. Dalton Avancini para as suas considerações iniciais, pelo tempo de 5 minutos.

O SR. DALTON AVANCINI - Senhoras e senhores, boa tarde. Quero agradecer o convite para estar presente aqui hoje como testemunha. Tentarei, na medida do possível, explicar e prestar os esclarecimentos que me forem solicitados. Rapidamente o meu histórico. Trabalhei na Camargo Corrêa por 23 anos. Entrei na empresa ainda como *trainee*, em 1992, tive uma carreira, uma longa carreira na empresa, participando, como *trainee*, de projetos na área administrativa, na área de engenharia, até, em 2011, me tornar Presidente, onde eu estive até o meio de 2014, quando, ao final de 2014, tivemos o evento da Lava-Jato. Foi quando eu deixei a Presidência. Em junho do presente ano eu acabei sendo desligado da empresa. Então hoje eu não trabalho mais na empresa. Estou aqui hoje para responder às questões, acho que notadamente sobre o BNDES, as nossas relações com o BNDES. Vou tentar explicar o máximo que os senhores desejarem e tudo o que for possível, deixando só ressaltado que como Presidente da empresa não era uma atribuição minha as relações com o banco e muito menos... Existia uma Diretoria, uma vice-presidência financeira, que era quem acabava fazendo as relações com o banco. Mas naquilo que eu puder esclarecer e que estiver ao meu alcance, eu farei



aqui com a devida clareza e com o que os senhores desejarem. Então, eu fico à disposição para as questões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Sa.

Neste momento, passo a palavra ao eminente Relator Deputado José Rocha.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente Miguel Haddad, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Dalton Avancini, ex-Presidente da empresa Camargo Corrêa, no portal da Camargo a empresa afirma a sua participação na construção da Usina de Belo Monte. O BNDES apoia financeiramente o empréstimo, por meio de cinco contratos de diversas modalidades com a empresa Norte Energia S.A. que totalizam 25,4 bilhões.

Como se dá a participação da Camargo Corrêa nessa obra, visto que, em processo de delação premiada, noticia-se que V.Sa. afirmou ter que pagar propina para obter 16% do contrato Belo Monte? A empresa ou V.Sa. teve negociações com o BNDES ou alguns de seus agentes credenciados para receber apoio financeiro?

Ainda no portal da Camargo, a empresa divulga várias obras executadas na Argentina, no Peru, na Colômbia, na Venezuela, na Angola e em Moçambique. Quais dessas obras foram financiadas pelo BNDES?

Segundo o portal do banco, por meio de vários contratos, o total do montante é de 258,6 milhões de dólares. Esse apoio financeiro foi fundamental para obtenção dos contratos? A empresa alguma vez pagou propina a alguém do banco para obter os financiamentos? Se isso aconteceu, o senhor pode nominar? Na opinião do senhor quais os benefícios reais para o País desse tipo de financiamento? O senhor poderia dizer se os benefícios privados são maiores ou menores que os públicos? Qual a diferença em termos de margem de lucro que a empresa Camargo obteve com as obras no exterior e o custo do empréstimo para os contribuintes brasileiros? Na opinião de V.Sa. qual o fator relevante para a aprovação da proposta do financiamento: o fluxo do faturamento, as garantias ou outro fator?

Sr. Presidente, por enquanto é isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Relator.

Passo a palavra ao Sr. Dalton Avancini para responder aos questionamentos do eminente Relator, Deputado José Rocha.



O SR. DALTON AVANCINI - Inicialmente, em relação à Belo Monte, deixo bem claro que, quando assumi a presidência, esse contrato já era existente. Então, ele não foi obtido enquanto eu era presidente; foi na administração anterior. Boa parte até do que vou relatar, que está até em minhas delações, são fatos a mim transmitidos por diretores da empresa que participaram dessas tratativas. A mim reportaram-se no momento em que eu já era presidente. Inicialmente, com relação a empréstimos. Quem toma empréstimos não são as construtoras. A Camargo chegou a participar de um grupo que pretendia ser concessionário de Belo Monte. Ela tentou formar um grupo. Esse grupo chegou a fazer estudos, chegou até a montar uma proposta, mas acabou declinando de participar da licitação para a concessão da usina. Então, com relação à questão dos financiamentos, a Camargo não tem absolutamente nada a ver com isso, porque ela, como construtora, simplesmente... A Norte Energia, dona da construção, é quem efetivamente toma os financiamentos e dá as garantias. Ela é que contrata o grupo construtor formado para fazer a construção da obra. Então, não havia nenhuma relação dessas empresas, das empresas construtoras, diretamente com relação a Belo Monte no BNDES. Elas não tinham nenhuma obrigação frente ao BNDES. Então, complementando a nossa participação, a Camargo tinha, algo que me recordo, cerca de 16% do projeto, como uma das empresas formadas antes do consórcio construtor, que era um consórcio com dez empresas as quais a obra está a cargo. Com relação a negociações do BNDES, já mencionei inicialmente, mas tínhamos uma diretoria, uma vice-presidência financeira, que todas as negociações que a Camargo porventura teve passaram por essa área. Isso não era afeito ao presidente. Então, essa área é que fazia as tratativas. Jamais tive qualquer informação sobre propina ou sobre algum pedido de propina com relação ao BNDES ou a agentes do BNDES. Muito ao contrário. As relações com o BNDES eram extremamente rigorosas. Vários projetos dos quais a Camargo participou, ela demorou muito tempo para obter financiamentos. E nos casos em que ela os teve, que podemos até mencionar alguns aqui, eram processos longos, demorados, rigorosos e que muitas vezes até fizeram com que a empresa teve que pôr capital dela para tocar os projetos antes de receber qualquer financiamento do BNDES, em função do rigor colocado para esses financiamentos. Então, jamais tive dentro da empresa qualquer comentário ou



alguma fala sobre eventual propina ou algum pedido de algum funcionário público do BNDES com relação a isso. A Camargo, como foi mencionado por mim também, no período em que estive, não tivemos tomada de nenhum financiamento. De fato, houve, do que me recordo, a assinatura de um projeto em Angola, mas a demora foi tanta que esse projeto já estava avançado, já estava bastante ao final, praticamente. E ainda a Camargo recebeu algum recurso, que estava previsto desde o início, que viria do BNDES. Acho que foi o único contrato assinado no período em que eu fui presidente, era um valor de um financiamento para Angola. Aliás, o único, não. Houve um outro da Argentina, que era um consórcio de empresas, mas quem liderou a tomada desse financiamento não foi a Camargo — eu não me recordo exatamente qual era o projeto que era da Argentina. E na Venezuela também eram projetos que a Camargo estava tocando e que ela buscava financiamentos. Mas projetos que também, no período em que eu estive lá, não chegaram a ter consignado o financiamento do BNDES. Com relação ainda à participação do BNDES, eu não tenho dúvida de que é importante, eu acho que é um fator bom para as empresas nacionais contar com um banco de fomento — isso acontece em vários países. A gente mesmo aqui, às vezes, tinha contato com o JBIC do Japão, que tem uma característica semelhante, temos... Quer dizer, quase todos os países fazem, criam organismos para que estimulem o seu país a fazer a exportação, e não só a exportação de serviço, mas também de produtos e outras coisas. Acho que a grande questão que fica são os critérios para isso e como devem ser tratados esses financiamentos. Quer dizer, quais são as empresas que deveriam ter acesso a isso e, para obter esses financiamentos, quais deveriam ser esses critérios. E também, obviamente, as taxas. Agora, eu estou colocando aqui a minha opinião. Não sou um técnico da área financeira, estou falando simplesmente como gestor que, em algum momento, cuidou de uma grande empresa. Por fim, a última questão também sobre o fator relevante com relação ao fluxo de caixa e garantias, que o Deputado colocou. Realmente, para as empresas terem uma garantia do fluxo, quando você vai prestar um serviço numa obra internacional, é uma das coisas mais importantes que tem. Sair do seu país para prestar um serviço, seja num país da África, seja na Venezuela, ter uma garantia de que você vai receber por esses serviços é um fator determinante, porque isso faz com que o seu nível de risco reduza e você consegue



inclusive ser competitivo para poder prestar serviço em outro lugar. À medida que você vai para um país desses, que você coloca dentro dos seus cálculos de margem um risco elevado por não ter garantia de receber, geralmente isso faz com que você deixe inclusive de ser competitivo para prestar serviço nesses outros países. Espero ter respondido essas primeiras questões.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Na notícia que se tem da delação, de que V.Sa. teria pago propina para obter 16% do contrato de Belo Monte, isso se referiu a que contrato? Ou não existiu?

O SR. DALTON AVANCINI - Não, isso existiu. Mas, na realidade, no contrato de construção. Como eu coloquei, isso foi negociado antes da minha gestão, e quem reportava isso a mim era o diretor de energia da época. Quando da entrada da Camargo no Consórcio Construtor, como eu comentei, a Camargo não chegou a fazer uma oferta para a concessão. Ela declinou antes de haver a concessão. Depois que a concessão já tinha sido... Posteriormente, um outro consórcio foi o vencedor dessa concessão — foi quando foi formado o grupo construtor, que é o que está fazendo, executando as obras até hoje. E foi nesse momento que foi pedido às empresas que fizessem um pagamento para poderem participar desse Consórcio Construtor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Ouvidos os questionamentos do Relator, passo a palavra agora aos autores do requerimento.

Concedo a palavra, inicialmente, ao Deputado Arnaldo Jordy, pelo tempo de 10 minutos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, eu queria que V.Exa. pudesse agregar o meu tempo de Líder.

Primeiro, quero cumprimentar V.Exa., cumprimentar o nosso convidado, Dr. Dalton Avancini, ex-Presidente da Camargo Corrêa, o Vice-Presidente, Deputado Miguel Haddad, e o Relator, Deputado José Rocha.

Foi amplamente divulgada na imprensa — e até com certo destaque —, Dr. Dalton, a sua colaboração aos procuradores da República na Operação Lava-Jato, quando V.Sa. revelou o que já havia sido constatado, ou pelo menos presumido pelas investigações da Polícia Federal — estou aqui com a cópia desses



documentos, tanto do seu depoimento quanto da investigação da Polícia Federal, além de farto material na mídia, na imprensa, nos jornais.

E eu queria que o senhor nos explicasse algumas coisas, nos ajudasse a entender algumas coisas, registrando essa colaboração que o senhor deu de grande valia para o País. Eu julgo de grande valia para o País porque, pela primeira vez, essa premiação adotada pela Justiça brasileira permite que apenas não se fique punindo a ponta desse *iceberg*, que a gente possa ter acesso a sua natureza, a sua raiz, a sua origem. Portanto, eu o vejo aqui como um colaborador desse processo — que eu diria civilizatório — que o Brasil está vivendo, depois de mais de 500 anos da sua existência.

Primeiro. O senhor declara aqui — eu vou resumir — que a Camargo Corrêa se associou à Odebrecht numa primeira tentativa de consorciar-se para o empreendimento de Belo Monte. Em resumo, o apetite do negócio não seria suficiente e depois houve um novo rearranjo que acabou atraindo a participação de diversas empresas no CCBM, no Consórcio Belo Monte, coordenado pela Norte Energia. Eu queria que o senhor nos explicasse por que se deu esse rearranjo, qual foi a motivação desse rearranjo, que acabou permitindo, nessa segunda fase, a atração e a reconsideração dessas empresas para participarem de um consórcio que inicialmente não teria grandes interesses numa primeira versão.

Segundo, o senhor afirmou, inclusive com valores, que no contrato da Camargo Corrêa, que era de 5 bilhões e 100 milhões, teriam sido cobrados — como o senhor já insinuou na pergunta anterior, feita pelo Deputado Rocha — 51 milhões para o PMDB e 51 milhões para o Partido dos Trabalhadores, perfazendo um total de 102 milhões, o que equivaleria a 1% — que é o que todos já sabemos —, que era o percentual cobrado para que as empresas pudessem ter acesso a esses contratos. E eu perguntaria ao senhor se poderia nos informar, se o senhor confirma essa informação, primeiro, é claro, para quem esses percentuais foram repassados, tanto para o PMDB quanto para o Partido dos Trabalhadores, quem era o responsável. Quem participou dessas articulações?

Terceiro. O senhor conhece o Sr. Adhemar Palocci? Já fez algum contato telefônico, pessoal com ele? Eu queria que o senhor nos informasse. O Sr. Adhemar Palocci tem alguma coisa a ver com esse processo do recebimento de propinas?



Por que eu pergunto isso? Porque no mesmo depoimento, ocorrido dia 14 de março, o senhor afirma que Adhemar Palocci, irmão de Antonio Palocci, teria algum envolvimento com o recebimento de propinas, e que Luiz Carlos Martins poderia fornecer mais detalhes.

Eu pergunto: passados esses meses todos, o senhor já tem essas informações? Poderia nos fornecer essas informações com mais detalhes?

Ainda no mesmo depoimento, o senhor fala que, após anos de estudos sobre Belo Monte, a partir do cálculo de investimento que devia ser implementado e da tarifa-teto estipulada pelo Governo, essa Sociedade de Propósito Específico — SPE, composta pela Camargo, não participaria. Além da primeira pergunta que eu lhe fiz, o que levou esse consórcio, especificamente a Camargo Corrêa, presidida pelo senhor, a rever a sua posição?

O senhor já disse aqui, eu gostaria só que o senhor confirmasse, que não fez nenhum contato específico com o BNDES — se eu estiver errado, o senhor me corrija, por favor. Se eu bem entendi, o senhor não fez contato especificamente com o BNDES, no que se refere ao financiamento de Belo Monte. Eu assim entendi da sua parte.

Sobre esse processo de pagamento de propinas, também foi dito, não só pelo senhor, mas pelo Sr. Milton Pascowitch, da Engevix, e por outros delatores, que esse pagamento de propina de 1% — nos dá a perceber que isso era generalizado, porque já são três empresários que confessam isso —, eu pergunto ao senhor: esse pagamento de propina deveria ser feito através de superfaturamento de obras? Isso também já foi dito em várias delações feitas na Operação Lava-Jato. O banco teria como acompanhar isso? Não havia o receio de o banco, através das suas auditorias, das suas investigações... Já foi dito aqui, nesta CPI, por vários ex-Presidentes e por alguns diretores, inclusive eu cito notadamente o Sr. Carlos Lessa, ex-Presidente do banco, que o banco tem ferramentas para fazer essa aferição, até porque faz monitoramento do acompanhamento das obras em função dos preços, dos acertos, dos valores que são objetos desse financiamento, dessa participação do banco, até porque é dinheiro do Tesouro, do maior banco de fomento produtivo do Brasil. Então, eu pergunto ao senhor: não haveria o receio de que esse superfaturamento para pagar essas propinas pudesse ser identificado posteriormente, acabando por



ser comprometido? Eu queria a sua avaliação sobre essa possibilidade de aferição por parte do banco.

Eram essas as perguntas, Sr. Presidente, que eu gostaria inicialmente de fazer ao nosso convidado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa., Deputado Arnaldo.

Peço à assessoria que acrescente mais 3 minutos ao Deputado Arnaldo Jordy, porque recebo neste momento um requerimento de autoria do Líder do PPS, dando a S.Exa. o tempo da Liderança do partido e mais 3 minutos. Então, que sejam acrescidos mais 3 minutos à fala do Deputado Arnaldo Jordy.

Passo a palavra ao Sr. Dalton Avancini.

O SR. DALTON AVANCINI - Bom, Deputado, eu vou tentar responder aqui na sequência. Se eu falhar, o senhor, por favor... Inicialmente, é a questão do interesse da empresa nos dois momentos desse contrato. Eu vou reiterar todas as vezes para que fique claro: eu não estava nesse momento da decisão, mas vou contar as informações que eu tive depois das que eu conheço da empresa. Em um dado momento, quando feitos os estudos para participar da concessão... Quer dizer, a participação de um grupo desses em uma concessão é muito diferente, os critérios para uma decisão dessa são muito diferentes dos critérios para decisão de você participar da construção somente. Então, o que o grupo de que inicialmente a Camargo participava com a Odebrecht, que desistiu, foi da concessão, porque, diante dos estudos que eles tinham que eram estudos extremamente aprofundados, estudos feitos durante vários anos, talvez décadas, nesse caso específico, mostravam que, com os valores de tarifa que estavam sendo colocados pelo Governo, o projeto não era viável para aquele grupo, para as análises de custos que aquele grupo fez, para as análises de risco que aquele grupo fez. Então, era uma decisão dessas empresas, e elas, por fim, decidiram que, com a tarifa que estava sendo estabelecida, não interessava para elas participarem. Foi por isso que elas declinaram de fazer a oferta para a concessão. Passada a concessão, depois da obra concedida, e foi concedida a outro grupo que foi montado, quer dizer, no final, quem participou da concessão do leilão foram dois grupos: um grupo de que



Andrade Gutierrez participava e outro grupo que tinha uma série de empresas que montaram esse grupo. Esse grupo ganhou — um grupo que, a princípio, não era nem visto como um grupo que deveria participar dessa licitação, e acabou por vencer. Dado alguns meses, a partir disso, as empresas foram chamadas, as grandes empresas foram chamadas novamente — a Odebrecht, a Camargo e a Andrade —, também por interesse daquele grupo vencedor e das empresas que lideravam o Consórcio Norte Energia, que ganhou a licitação, enxergando, talvez, que essas empresas fossem as mais capacitadas para fazer a obra. E, nesse momento, a obra foi estudada novamente, as condições contratuais eram adequadas. Então, essas empresas aceitaram participar da construção, ou seja, elas não estão mais no risco do negócio, elas estão simplesmente no risco de construção. E esse risco...

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - O senhor poderia citar que condições novas atraíram, digamos, fizeram com que as empresas — as grandes a que o senhor se refere, a Camargo, a Andrade Gutierrez e a Odebrecht — revisassem a sua avaliação inicial e, a partir daí, se dispusessem a participar? O que foi que mudou exatamente? Se o senhor puder nos esclarecer.

O SR. DALTON AVANCINI - Novamente, eu não estava lá nesse momento dessa decisão, eu não era...

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Mas o senhor, como Presidente...

O SR. DALTON AVANCINI - Não, eu posso dar...

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Eu entendo a sua posição, mas o senhor não era no fato ocorrido. Depois, o senhor assumiu a Presidência e herdou as informações, até para ser um bom Presidente. Está certo?

O SR. DALTON AVANCINI - Acontece...

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - É isso que eu quero lhe perguntar.

O SR. DALTON AVANCINI - O que acontece de fato é que, quando você estava no momento da concessão, todos os riscos são seus. Então, a empresa considera tudo, desde detalhes do projeto que ela acreditava, ela estava considerando nos estudos que ela fazia ao longo do tempo, os riscos que se tinha com relação à parte ambiental, enfim, todos os tipos de risco eram seus. Então, no momento da concessão, põe-se tudo isso dentro das suas análises e é o que faz



você decidir. Quando as empresas foram chamadas só para construir, o risco estava totalmente restrito à obra, não tinha mais... E existiam condições no contrato como ainda as questões de variações de volume que estavam em aberto e que poderiam ser discutidas ao longo da execução. Isso diminui o risco para a empresa à medida que ela ainda vai ter margem a discutir, mudanças de volume ao longo do projeto. Então, isso deu segurança à empresa para que ela assumisse aquele risco, insisto, só de construção. Uma das condições era as questões de variações de volume em função do projeto que, na origem, quando a empresa era a concessionária, ela deveria assumir sozinha. Então, qualquer variação de volume estava no risco dela. A partir da hora que ela era só construtora, nas condições que foram estabelecidas no contrato, esses riscos estavam mitigados — a gente chama assim —, estavam divididos entre o Consórcio Construtor e a Norte Energia. Havia uma série de critérios aí com relação a esses riscos. Riscos ambientais também, ao que me recordo, deixam de ser dos construtores e uma grande parte passou para a Norte Energia. Então, há uma série de detalhes aí que era o que mudava do momento em que se deixou de ser concessionário para ser, simplesmente, construtor. Com relação à segunda pergunta, na realidade, no contrato da Camargo, ela tinha 16% de 13,8 bilhões, quase 14 bilhões. Então, não são 5,1 bilhões, dá menos do que isso. Nós estamos falando um contrato menor. Ela tinha 16% dos 13,8 bilhões. Essa a participação da Camargo no Consórcio. E o que eu comentei na minha delação, que eu reitero aqui, é que havia um compromisso de um percentual de 1%, que seria destinado a partidos, a partir dessa obra, e que seria ao longo da execução da obra que esses valores seriam disponibilizados. Como eu já mencionei na minha delação, e reitero aqui, isso não foi tratado por mim e eu não me preocupei em saber. Foi-me reportado pelo Diretor que o senhor mencionou aí, que foi o Luiz Carlos, que existia esse compromisso. Então, eu tenho responsabilidade por não ter proibido e ter aprovado esse compromisso. Porém, ele que tratou diretamente. Eu nunca tratei...

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Mas o senhor sabe que partidos foram?

O SR. DALTON AVANCINI - Eu mencionei e tinha certeza do PMDB, que tinha uma participação efetiva neste assunto. E é isso que está na minha delação e é isso que eu confirmo.



O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - E o senhor sabe quanto foi esse valor?

O SR. DALTON AVANCINI - Na realidade, o valor era 1% sobre a participação da Camargo. Como eu coloquei, esse 1% também deveria incluir as outras empresas, não era só a Camargo, eram...

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - E quanto era esse valor? O senhor sabe?

O SR. DALTON AVANCINI - Da parcela da Camargo, como ela tinha cerca de 20 milhões, ao longo de todo o empreendimento seria cerca de 20 milhões. Mas...

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Vinte milhões ao PMDB, portanto?

O SR. DALTON AVANCINI - Aos partidos. O que me foi mencionado claramente foi o PMDB. Como eu coloquei com relação... O senhor perguntou se eu tive mais informações. Eu absolutamente não tive, até pelas condições que o processo me impôs de silêncio e de reclusão. Não tive nenhum contato com o Luiz Carlos nem com a empresa sobre esses esclarecimentos de quais eram ou o que eram. Quer dizer, não tive mais nenhuma informação a partir da minha delação. Por fim, a questão com relação ao Sr. Adhemar Palocci. Eu nunca tive contato com ele. Também na minha delação ele foi mencionado porque era uma pessoa que o Luiz Carlos constantemente falava que tinha conhecimento de que havia essa participação das empresas, que as empresas faziam essa contribuição.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Eu sei que o senhor, por dever e por orientação provavelmente do seu defensor, tem que ser o mais econômico possível, mas o meu papel é exatamente o contrário do seu.

O SR. DALTON AVANCINI - Claro!

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Eu pergunto: dá para se deduzir, do que o senhor disse, que o Sr. Adhemar Palocci, a partir do que o senhor recebeu de informações do Sr. Luiz Carlos Martins, fazia essa intermediação do pagamento de propinas para esses partidos?

O SR. DALTON AVANCINI - Não. O Luiz Carlos nunca falou sobre a intermediação diretamente dele. O que daria para se supor é que eles teriam conhecimento de que existia essa contribuição.



O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Está certo. O Sr. Adhemar Palocci não seria o responsável por essa intermediação, mas tinha conhecimento da intermediação do pagamento de propinas para a participação dessas empresas no percentual de contratos da obra?

O SR. DALTON AVANCINI - Sim.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - É isso?

O SR. DALTON AVANCINI - É isso.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Pois não. O senhor tem mais...

O SR. DALTON AVANCINI - Não, acho que eram essas as questões. O senhor voltou à questão do por que revimos. Não sei se ficou claro do por que não participar da concessão e, depois, participar do projeto.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Eu insisti nisso — o senhor me permite, eu ainda tenho um pouquinho de tempo — porque, na semana passada, na sexta-feira, o Tribunal de Contas da União, quase à unanimidade, aprovou uma auditoria, num gesto de caridade, pode-se dizer assim, do BNDES, anistiando multas da Norte Energia por conta dos atrasos havidos na época. O *Estadão*, de ontem ou de hoje, enfim, isso esteve na mídia esses dias. Foi uma proposição de minha autoria, uma PFC, na Comissão da Amazônia, acolhida quase à unanimidade pelos Ministros do Tribunal de Contas da União para investigar, e já admitem esquisitices ou coisas impertinentes aos procedimentos ordinários do banco em relação a isso.

Eu pergunto: isso tem a ver com os riscos avaliados inicialmente, pelo que o senhor nos disse aqui, sobre esses cuidados que a sua empresa e outras empresas tinham com relação a essa questão dos impactos, das compensações? Sabemos que as compensações contratuais junto ao IBAMA não foram ainda cumpridas, tanto que a Presidenta do IBAMA, Dra. Marlene, zelosamente — aqui quero reiterar o registro parabenizando a Presidenta do IBAMA —, não concedeu a licença de operações exatamente porque as condicionantes proclamadas como sendo cumpridas pelo Consórcio Belo Monte, pela Norte Energia, não foram observadas pelo IBAMA. Ou seja, a obra está em quase 70% da sua extensão física realizada e sequer 30% das condicionantes concluídas até então, gerando prejuízos enormes a



populações indígenas, ribeirinhos, pescadores, a população em geral daquela região do Xingu do Estado do Pará.

Eu pergunto: isso tem a ver com isso? O senhor teve conhecimento dessa auditoria do TCU, aprovada por conta desses riscos?

O SR. DALTON AVANCINI - Não tive. Estou afastado da empresa desde novembro do ano passado. Não tive conhecimento disso. Agora, de fato, quando se avaliou a oferta daquele grupo, eram riscos que eles tinham que precificar, quer dizer, assumir ou não. Podem ser riscos que tenham feito com que esse consórcio perdesse o apetite pelo negócio e o outro consórcio assumiu esses riscos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - O senhor sabe se o Governo teria dado, à época, alguma garantia de que esses problemas ambientais, sociais e de interdição não teriam algum problema ou coisas dessa natureza?

O SR. DALTON AVANCINI - Não, não sei.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Tá bom.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Jordy.

Ainda na fase da concessão da palavra aos autores, concedo a palavra ao Deputado Carlos Melles, também pelo tempo de 10 minutos.

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES - Necessariamente não vou usá-lo todo.

Sr. Presidente, Sr. Relator, caros colegas, Sr. Dalton Avancini, acho que o Deputado Jordy praticamente esgotou muito daquilo que, infelizmente, a CPI... Ela tem um caráter investigativo, mas nós não temos a condição de investigadores. Uma vez que o Sr. Dalton Avancini foi um dos primeiros que fez a delação premiada, o histórico, a vida da Camargo Corrêa no processo brasileiro, e no mundo, de construção de infraestrutura, como da Odebrecht, como de todas as outras, da Andrade Gutierrez, nós vemos com tristeza o papel deformado do Governo na escolha, na indução de que essas empresas entrassem nesse tipo de financiamento e tivessem que, com isso, ainda que usando dinheiro público do BNDES, fazer a contribuição de 1% para os partidos políticos.



Eu perguntaria, e sendo algumas repetitivas, ao Sr. Avancini, o seguinte: o senhor tinha contatos frequentes, ou tinha contatos menos frequentes com o Presidente Lula? O senhor entende que houve, do Governo Central, preferência, além da Odebrecht, à Camargo Corrêa, à Andrade Gutierrez, no financiamento de obras internas e externas? O senhor participou, autorizou e conhecia, como Presidente da Camargo Corrêa, o pagamento dos 3 milhões de reais ao Instituto Lula. Por que foi isso? Isso foi parte do *lobby* feito pelo Governo Central? O senhor entende que o apoio financeiro do BNDES à Camargo Corrêa seria uma forma também de usar a preferência para as contribuições de campanha? No período anterior ao do Presidente Lula, quais são as obras e os financiamentos que a Camargo Corrêa obteve no período do Governo Fernando Henrique — antecedendo o Governo, separando os dois governos?

Nós vimos que o BNDES mudou bastante a rota de financiamentos. Os Estados Unidos eram um país que tinha mais de 40% de participação nos financiamentos do BNDES, para favorecer, ou para promover as exportações de produtos agrícolas? Depois, Angola, Argentina, Venezuela, República Dominicana. Ou seja, nós tivemos quase 5 bilhões de dólares, mudando o foco do financiamento do BNDES.

Infelizmente, nós não temos acesso à delação premiada, a não ser àquilo que a imprensa fala e faz. Mas era muito importante levarmos em conta — nós todos temos três grandes preocupações — onde o Governo se aparelhou e fez desse aparelhamento um projeto de poder, seja na PETROBRAS, seja no BNDES, seja nos fundos de pensão.

Eu queria ouvir a opinião do senhor com relação a essas questões.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Edson.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Eu acho que essa parte anterior a 2003 não é compatível com o que estamos investigando. Só isso, só essa observação.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - É. Fica a critério do Sr. Dalton Avancini responder ou não. Foge ao escopo da CPI, mas fica a critério dele responder ou não ao questionamento do Deputado Melles.

O SR. DALTON AVANCINI - Bom, Deputado, inicialmente, com relação a contatos com o Presidente Lula, eu tive raros, e em situações de inaugurações de projetos. Nunca estive com ele pessoalmente; foi só em situações totalmente públicas. Aí, não há... Nunca tive, não tinha contato com ele. Com relação a preferências para financiar, aqui há uma questão que eu acho importante: é que muitas dessas empresas, elas se dispuseram a ir buscar financiamentos e abrir fronteiras nesses países do exterior, e, a partir daí, conseguir o financiamento, não é? Então, eu acho que essa questão esteve muito associada, sim, a uma política do banco de apoio à exportação de serviços, e a uma decisão das empresas. A partir daí, como tinham o apoio do banco, elas foram desbravar alguns desses países, não é, e fazer com que ocorressem projetos aí, mas havia uma ação também muito intensa, quer dizer, das empresas, e elas, buscando esses mercados. Então, cada uma delas aí, dentro do seu tamanho e do seu potencial, talvez por isso até algumas, com muito mais contratos, acabaram fazendo um investimento muito maior, e outras acabaram não conseguindo. Então, muitas vezes, quem puxava essa questão do orçamento, do financiamento, e quem conseguia esses projetos eram as própria empresas, fazendo o seu desenvolvimento de mercado aí, não é? Com relação à autorização para os pagamentos do Instituto Lula, isso não era da minha alçada. Existia um comitê, dentro de uma vice-presidência institucional, e essa vice-presidência é que fazia não só esse pagamento, como todos os apoios que ocorriam internamente. Então, não estava isso na minha... Não era eu quem direcionava esse tipo de apoio. Apoio do BNDES para campanha, como eu mencionei, nós tivemos poucos projeto financiados pelo BNDES. A Camargo teve... Eu mencionei dois, aqui, fora do País, mas, absolutamente, isso não tinha nada a ver com... Não tinha nenhum direcionamento de projeto em que a Camargo estava participando com relação ao BNDES. Isso não era... Não tinha, isso não existiu. A questão ainda anterior ao Governo Lula, eu posso mencionar porque eu acho que não teve nenhum financiamento do BNDES anterior ao Governo Lula. Não me recordo de nenhum. E volto a insistir que, também no Governo Lula, nós tivemos



poucos aí, não é? Quer dizer, são esses que estão aí listados pelo próprio BNDES aí, que a gente acabou obtendo, não é? Não foram grandes financiamentos aí, dado... Tem valores expressivos, mas não é uma questão aí fora do normal para esse tipo de projeto, e para implantação de infraestrutura que são, realmente, projetos, geralmente, com recursos bastante vultosos. E, por fim aí, a questão do aparelhamento, eu acho que não me cabe avaliar. O que eu pude falar na minha delação, e o que eu posso contribuir, assim, é nos projetos e nas áreas em que eu atuei em que isso aconteceu e, como eu já mencionei, é... Eu tive uma atuação muito próxima da PETROBRAS porque eu fui, durante um tempo, presidente de uma divisão de óleo e gás. Então, por isso que eu fui envolvido fortemente com relação à área de óleo e gás, e aí lá... Depois, quando eu me tornei Presidente da companhia, da Divisão de Engenharia e Construção, assim, eu era totalmente afastado, ou muito afastado dessas questões. Quer dizer, essas questões eram tomadas pelas áreas e não diretamente pelo Presidente. Os dados que eu tenho, precisos, sobre óleo e gás é porque eu fui líder da área de óleo e gás, e lá tomei uma série de decisões aí que acabaram... Algumas até totalmente inapropriadas.

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES - Sr. Presidente, aproveitando o que o Sr. Dalton Avancini colocou, do interesse de as empresas provocarem a construção de obras no exterior, e da vontade, obviamente, e da decisão política do Governo brasileiro de financiar obras no exterior.

Hoje nós tivemos uma discussão — atrasada, não é, de 20 anos — sobre o metrô de Belo Horizonte; por que o metrô de Belo Horizonte não andou, como não andou o de Curitiba, como não andou o de Porto Alegre, obras de infraestrutura absolutamente necessárias ao País.

Eu chamo a atenção dos colegas para o seguinte: que apetite leva empresas como essa a financiar e fazer obras em Angola, que deve ser muito mais difícil que aqui; da infraestrutura rodoviária de Boa Vista, a Camargo Corrêa da Quinta Avenida, da Sexta Avenida, a primeira e a segunda etapa; linhas de transmissão; Aeroporto Internacional de Benguela; Linhas 2, 3, 4 e 5 do Metrô de Caracas, na Venezuela; metrô de Buenos Aires, Porto de Mariel... Será que lá é melhor para construir do que aqui, no Brasil, com o dinheiro que é do BNDES? O que leva, ou levou as empresas a ter esse interesse, já que no passado não havia, de fazer obras



no exterior? As mesmas obras de infraestrutura de que o Brasil tanto precisa, e demos preferência a colocar mais de 5 bilhões em países que, em muitos deles, dívidas do Brasil foram perdoadas pelo Presidente Lula?

O SR. DALTON AVANCINI - Bom, eu acho, isso é uma questão de política de Governo, não é? Quer dizer, fazer... Agora, o que atrai a empresa, que eu acho que isso eu posso comentar. Assim, você ter operações internacionais é importante; quer dizer, você... São mercados que você abre, e, esse mercado, ele não só, quando você está operando nesses países, você não tem só o dinheiro do BNDES, ou o dinheiro do Brasil; você tem o dinheiro local, também, muitas vezes, que você utiliza. Quer dizer, não é só dinheiro... E isso dá uma série de condições para a empresa, não é? Quer dizer, o fato de você ter receitas que vêm de outra localidade... Então, quando você tem uma crise, aqui, você, muitas vezes, é suportado por receitas internacionais, não é? Então, a diversificação, o aprendizado que você tem nesses países, muitas vezes, de trabalhar com a mão de obra de outro país... Então, assim, existem condições que, às vezes, esses países dão, por exemplo, com relação à importação de equipamentos, totalmente distintas do que você tem no País, aqui. Então, você tem outra forma de operar. Então, assim, eu acredito que o ideal é que você tenha projetos aqui, mas também não é errado você ter projetos fora. Pelo contrário, também é positivo isso. Você leva profissionais daqui para lá, não é? Então, acho que tem... Se justifica, sim, você ter operações internacionais, não é?

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES - Para finalizar, aproveitando o tempo que me resta, esse pagamento das propinas que o senhor mencionou na sua delação premiada, ele foi feito com faturamento a mais, do BNDES, das obras, do valor das obras?

O SR. DALTON AVANCINI - Não, é... Quando a gente fala, assim... É uma coisa que sempre causa uma certa estranheza, não é, mas um projeto desses, em 1%, na margem que a empresa pratica... Então, se você pratica uma margem de 8%, você ter 7% de margem é normal isso, quer dizer... E as margens desse projeto só acontecem, a gente só sabe exatamente quanto a gente ganha quando eles se concluem, não é? Um atraso de 2 meses numa obra dessas é o suficiente, muitas vezes, para comprometer uma grande parte de sua margem. Então, não é necessário que você tenha superfaturamento para que você consiga pagar essa



propina; basta você ter isso dentro do seu custo. Quer dizer, você está lá, você orça isso, mas, isso, é possível que saia da sua margem; não necessariamente você tem que ter um superfaturamento para pagar isso. Até, assim, acho que diferentemente um pouco de projetos da PETROBRAS, lá o valor era uma discussão direta com o contratante. Quer dizer, era mais complexa essa questão aí do valor final do empreendimento. E teve — isso eu posso afirmar, sim — várias variações ao longo do tempo que diminuíram fortemente essa margem em função desses atrasos, dos problemas que tiveram lá com meio ambiente, e uma série de mudanças de projetos que acabaram reduzindo a margem do projeto.

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES - Satisfeito, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Carlos Melles.

Passa-se à inscrição dos oradores.

Concedo a palavra ao Deputado João Gualberto, pelo tempo de 5 minutos.

Informo a V.Exa. que existe, sobre a mesa, requerimento de autoria do Líder do PSDB designando V.Exa. para que ocupe o tempo destinado ao PSDB. Então, agrego mais 5 minutos ao tempo de V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Dalton Avancini, o senhor confirma que doou, ou pagou, 110 milhões de propina para os diretores da PETROBRAS?

O SR. DALTON AVANCINI - Sim.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Confirma.

O SR. DALTON AVANCINI - Sim.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - O senhor confirma que a Odebrecht é quem capitaneava o cartel?

O SR. DALTON AVANCINI - Como eu já expliquei, não é que ela capitaneava o cartel. O que eu comento na delação é que a UTC e a Odebrecht eram as empresas de maior influência dentro da PETROBRAS, e, com isso, elas tinham capacidade de interferir nos negócios mais diretamente.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - V.Sa., certamente, deve ter acompanhado notícias recentes, divulgadas por vários meios de comunicação,



baseadas em mensagens apreendidas pela Polícia Federal e em correspondências diplomática sigilosas, mostrando a grande influência exercida pela Odebrecht junto ao ex-Presidente Lula, bem como suspeitas de que, após a sua saída do Governo, Lula continuava fazendo tráfico de influência em favor da citada empresa para viabilizar projetos no exterior financiados pelo BNDES. No caso de projeto da Namíbia, o então Ministro do Desenvolvimento chega a afirmar, numa mensagem a um executivo da Odebrecht, que o Presidente da República fez, efetivamente, *lobby* para aquela empreiteira.

Pergunto ao senhor: como a Camargo Corrêa também atua na exportação de serviço de engenharia? Poderia informar se era do conhecimento da direção da empresa, e mesmo do mercado do setor, que a Odebrecht gozava de preferência no Governo Federal? O senhor poderia responder?

O SR. DALTON AVANCINI - Não... Cada empresa usa os seus meios para conquistar o seu espaço, os seus contratos. Quer dizer, então, a Odebrecht, pelo tamanho dela, fazia todos os esforços para ter os contratos dela, assim como a Camargo fazia os esforços dela, dentro dos limites que ela possuía para fazer isso. Então, eu não consigo dimensionar. Eu posso falar pela Camargo. Eu não sei exatamente quais eram as posições da Odebrecht em relação a essas questões.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - O Presidente Lula fazia *lobby* para a Camargo Corrêa?

O SR. DALTON AVANCINI - Não, não fazia *lobby* para a Camargo Corrêa.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - E fazia para a Odebrecht?

O SR. DALTON AVANCINI - Não posso responder. Não sei dizer isso para o senhor.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Para a Camargo Corrêa, não.

O SR. DALTON AVANCINI - Nós podemos dizer pela imprensa, mas o que está na imprensa não me cabe comentar.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Para a Camargo Corrêa, com certeza, não fazia *lobby*.

O SR. DALTON AVANCINI - Não. *Lobby*, não.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Não, *lobby*, não. Fazia o quê, então?



O SR. DALTON AVANCINI - Não posso falar para o senhor sobre a relação exata que...

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Não, da Camargo, onde o senhor era o Presidente.

O SR. DALTON AVANCINI - Quando eu era o Presidente, como eu comentei, nós tínhamos quase nada de obras no exterior aqui, nem acionávamos o Presidente Lula.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Não acionava.

V.Sa. entende que o apoio dado à Camargo Corrêa pelo Palácio Planalto e por outras áreas do Governo Federal era similar ao concedido à Odebrecht? Em caso negativo, poderia especificar por que, na sua opinião, o tratamento à Odebrecht era diferenciado? A Camargo Corrêa em alguma ocasião se utilizou da influência de Marcelo Odebrecht para obter favores do Governo Federal?

O SR. DALTON AVANCINI - Veja bem, difícil avaliar novamente, quer dizer, a influência de cada empresa. O tratamento que a Camargo tinha com a sua área institucional era aquele que ela precisava, e que ela usou em algum momento. Como eu comentei, não era eu quem cuidava dessa área, quer dizer, então tinha uma área institucional que fazia esses relacionamentos; não era eu quem me relacionava... Cada empresa acho que tem que responder pelas suas, pelo que fez e pelo que, qual era sua forma de atuar. Quer dizer, eu não consigo dizer com relação à Odebrecht qual era a posição dela. Novamente, se formos falar, é pelo que sai na imprensa hoje, e é muito difícil de comentar o que sai na imprensa.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Informações dão conta de que a Camargo Corrêa pagou 1,5 milhão à L.I.L.S., que é empresa do ex-Presidente Lula, entre os anos 2011 e 2013. V.Sa. poderia informar qual foi o interesse específico da Camargo Corrêa que levou a essa contratação da empresa do ex-Presidente Lula e como essa contratação foi negociada? V.Sa. poderia informar se a intensidade do *lobby* exercido pelo ex-Presidente Lula em favor das empresas era proporcional ao valor dos contratos feitos com empresa do ex-Presidente? Agora o senhor pode responder, porque...

O SR. DALTON AVANCINI - Deputado, eu posso responder. Eu não cuidava da área institucional. Quer dizer, eu até, acho que vale também fazer aqui mais um



destaque, a minha origem na empresa sempre foi operacional, quer dizer, eu sempre tive uma atuação muito mais forte na área operacional. Nós tínhamos uma vice-presidência institucional, que era quem cuidava de todos os relacionamentos, inclusive de contribuições a partidos, contribuições ao instituto. Então, eu não participava dessa decisão sobre essas contribuições, e elas eram de acordo com os interesses da empresa.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Sr. Dalton, entre 2011 e 2013, o senhor era o Presidente da Camargo Corrêa?

O SR. DALTON AVANCINI - Sim, sim.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - O ex-Presidente Lula, naquela época, era uma pessoa muito importante; as pessoas pensavam até que era uma pessoa séria. Contratar um ex-Presidente por 1,5 milhão, e o senhor, Presidente, não ficou sabendo nada disso? Não é Lula, nem qualquer um, não é João Gualberto, por exemplo. Lula é Lula, na época era um ex-Presidente. O senhor não tomou conhecimento?

O SR. DALTON AVANCINI - Não, isso era decidido por esse comitê. Eu tinha o conhecimento de que foi pago, eu sabia, mas não...

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - E para que foi pago 1,5 milhão para o ex-Presidente?

O SR. DALTON AVANCINI - Esse comitê era quem decidia quais eram os interesses da empresa e por que ela faria esse pagamento.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Ninguém nunca comentou: "*Olha, vamos pagar 1,5 milhão para o ex-Presidente Lula para fazer lobby*", por exemplo? Nada disso?

O SR. DALTON AVANCINI - Não, não era assim.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - E qual era o interesse de pagar esse 1,5 milhão?

O SR. DALTON AVANCINI - O interesse da empresa...

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Sim, eu sei que é da empresa.

O SR. DALTON AVANCINI - ...decidido por esse comitê.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - O senhor teve o interesse também de pagar 110 milhões de propina. O senhor não pagou?



O SR. DALTON AVANCINI - Sim, sim.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - E esse 1,5 milhão, faz parte de propina também?

O SR. DALTON AVANCINI - Não, absolutamente.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - O senhor só vai falar se houver outra delação de outra pessoa para ser preso de novo?

O SR. DALTON AVANCINI - Como?

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - O senhor só vai falar se houver outra delação?

O SR. DALTON AVANCINI - Não, não há...

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Eu estou perguntando: esse 1,5 milhão não foi propina?

O SR. DALTON AVANCINI - *(Risos.)* Não, não foi propina.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Não foi propina. Foi o quê, então? O senhor sabe que não foi propina. Então, foi o quê?

O SR. DALTON AVANCINI - Como eu comentei com o senhor, a empresa tinha interesses definidos por um comitê institucional que cuidava disso, e foram definidos a partir daí.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - O senhor afirma que não sabia. Agora afirma que não foi propina. Então, foi o que esse 1,5 milhão?

O SR. DALTON AVANCINI - Não foi propina.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Sim, mas se não foi propina foi o quê?

O SR. DALTON AVANCINI - Propina... Não há nenhum benefício direto sobre isso.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Nós estamos aqui para investigar, não estamos aqui para brincar. O senhor fala que não foi propina. Foi o quê? Bondade? Vamos dar 1,5 milhão para o...

O SR. DALTON AVANCINI - Foram os interesses da empresa, só.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Mas que tipo de interesse? O senhor era Presidente da empresa.



O SR. DALTON AVANCINI - Interesses da empresa, aquilo que o comitê comercial dela, o comitê institucional definiu.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - O senhor não pode falar aqui, porque esses interesses não são legítimos?

O SR. DALTON AVANCINI - Não... Esses interesses eram definidos por esse comitê, não era por mim. Então não posso falar...

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - O senhor era Presidente de uma empresa, que doou 1,5 milhão para um ex-Presidente, e o senhor não tomou nenhum conhecimento, não sabe o que é. Sabe que não é propina, mas não sabe para que foi.

O SR. DALTON AVANCINI - Como eu já falei, se o senhor quiser esse esclarecimento, talvez o senhor tenha que chamar as pessoas que participaram dessa decisão.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Mas estamos chamamos o Presidente!

O SR. DALTON AVANCINI - Mas eu não participei da decisão.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Nem tomou conhecimento?

O SR. DALTON AVANCINI - Não tomei conhecimento. Eu já falei que eu sei...

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Como é que o senhor não tomou conhecimento se disse que não era propina?

O SR. DALTON AVANCINI - Eu já falei para o senhor que eu sei que isso foi pago, sei que isso partiu de uma decisão desse comitê, e é o que eu posso informar.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Esse comitê era subordinado a quem?

O SR. DALTON AVANCINI - Ele tinha uma liderança, que era de um vice-presidente institucional da empresa.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - E o vice-presidente se reportava a quem?

O SR. DALTON AVANCINI - Sobre essas questões... Esse comitê envolvia outras áreas, envolvia outras unidades, mas não era subordinado a mim.



O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - A quadrilha que se montou na PETROBRAS, quem o senhor acha que foi quem organizou? E quem foi o beneficiado?

O SR. DALTON AVANCINI - Os beneficiários foram os partidos que recebiam os valores que eram pagos pelas empresas.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Mas quem criou essa organização criminosa? Quem foi o mentor, assim... Quem o senhor acha que foi?

O SR. DALTON AVANCINI - Não sei dizer.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Não sabe dizer. Não tem nem ideia?

O SR. DALTON AVANCINI - Não, não tenho.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Pode ser o ex-Presidente Lula?

O SR. DALTON AVANCINI - Não sei dizer.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Não sabe dizer. Mas pode ser?

O SR. DALTON AVANCINI - Não sei dizer.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - O.k. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - V.Exa. está satisfeito, Deputado João Gualberto?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa. V.Exa. ainda tem 4 minutos.

Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Davidson Magalhães.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Sr. Presidente, Sr. Dalton Avancini, a primeira pergunta que eu tenho é a seguinte: a construtora Camargo Corrêa fez doação ao Instituto Fernando Henrique Cardoso?

O SR. DALTON AVANCINI - Novamente, se fez, foi esse comitê. Eu não me recordo exatamente se chegou a ser feito nesse período. É possível que sim.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Porque está aqui, entre as 12 empresas brasileiras e estrangeiras que doaram 7 milhões ao ex-Presidente. Então, na mesma linha...



O SR. DALTON AVANCINI - Era esse mesmo comitê que decidia, quer dizer, era esse comitê institucional, e eles faziam... Assim como as doações oficiais a partidos que a empresa fez, também era decidido por esse mesmo mecanismo.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Não, é que eu iria perguntar se o senhor confirmava também se está dentro da mesma linha apresentada pelo ex-Deputado, quais são os interesses da empresa em ter financiado o Instituto Fernando Henrique Cardoso, sendo que na época, inclusive, esse dinheiro foi arrecadado pessoalmente pelo Presidente num jantar no Palácio da Alvorada. Então, eu queria saber dos interesses, mesmo não sendo objeto do período desta CPI, mas era importante nós identificarmos se esse tipo de linha, de relação institucional da companhia foi estabelecido agora ou se já existe uma relação institucional estabelecida, se já existia uma prática da companhia, dessa área institucional, em relação a outros Presidentes.

Mesmo que esses nem chegassem para abrir ações comerciais do Brasil lá fora, mas esses realmente vendiam o País, enquanto os outros abriam áreas comerciais para o Brasil, esse realmente vendia o País.

Então, era essa a pergunta, primeiro, que eu tinha para o senhor. O senhor não tem essa informação?

O SR. DALTON AVANCINI - Não.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Segundo, em relação a essa questão da intermediação dos empréstimos conseguidos pela Camargo Corrêa com o BNDES, o senhor tem informação de alguma... Houve alguma negociação, que não dentro dos trâmites comerciais, em relação à contratação feita pela Camargo Corrêa, em relação aos empréstimos obtidos no BNDES? Existe alguma... Assim como o senhor participou do processo de delação premiada na PETROBRAS e que o senhor afirmou a existência, efetivamente, diríamos assim, de um caixa pago de propina nesse processo? Nos empréstimos solicitados e obtidos do BNDES, existe algum tipo de movimento semelhante em relação à PETROBRAS?

O SR. DALTON AVANCINI - Bom, eu só queria reiterar a questão que o senhor colocou. Realmente essas doações, como eu comentei, não eram por mim decididas, mas pelo comitê, e esse comitê, sim, falava de todas as relações da empresa desde a época do Governado de Fernando Henrique, depois no Governo



Lula. E, como eu mencionei, não só para as doações para o instituto, como doações políticas, eram tratadas nesse comitê. Em relação à intermediação, eu, internamente, jamais ouvi falar que tenha havido qualquer tipo de relação não comercial e totalmente transparente com relação ao BNDES. Como eu já mencionei anteriormente, e gostaria de reiterar, o sistema extremamente rigoroso do BNDES, que, em muitos casos, impactaram até a empresa, porque a empresa tinha que por os seus recursos para receber os recursos do BNDES e, depois, por questões de formalizações, detalhes de como eram as comprovações... Então, era um sistema extremamente formal a relação com o BNDES.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Sr. Presidente, eu estou satisfeito com as duas questões e também com registro de que esse, digamos assim, papel que o Governo brasileiro jogou nesse período de promoção das empresas nacionais em relação à abertura desses mercados. O senhor constata alguma relação que não tenha sido uma relação institucional, como todos os Estados, Presidentes e ex-Presidentes fazem, em relação às empresas de seus países, ou tem algum tipo de relação nessa abertura, diríamos assim, de facilitar os acordos comerciais das empresas brasileiras para vender bens de serviço lá fora? Teve algum, dentro dessas ações desenvolvidas pelo ex-Presidente Lula... O senhor tem informação de alguma relação que não tenha sido uma relação institucional?

O SR. DALTON AVANCINI - Não. Na Camargo, eu afirmo que não teve. Quer dizer, a Camargo, realmente, como eu já mencionei, teve até pouco financiamento no exterior, mas todas as relações foram totalmente institucionais.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Davidson Magalhães.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Delegado Edson Moreira.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Sr. Presidente, eu estou até assustado aqui, porque o pessoal está interrogando mais do que eu; está sendo mais duro do que eu.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Se V.Exa. que é delegado e está assustado, imagine eu!

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - (*Risos.*) O pessoal aqui está rigoroso.

A gente sabe como que é. Já está colaborando com a Justiça, então está tudo certo, a meu ver, mas não precisamos ser tão duros como estão sendo com ele. O mais (*ininteligível*) foi o meu amigo raposa Davidson Magalhães. (*Risos.*)

Mensagens apreendidas na sede da Odebrecht mostram que o contato entre Marcelo Odebrecht e o Presidente Lula era o Gilberto Carvalho, indicado como seminarista. Mensagem de início de 2008, indica, por exemplo, a intenção de Marcelo Odebrecht em pedir a indicação de José Antonio Muniz Lopes para a Secretaria Executiva do Ministério de Minas e Energia, uma vez que era uma pessoa ligada à Camargo Corrêa.

V.Sa., como funcionário do alto escalão da Camargo Corrêa e, depois, como Presidente da companhia, conheceu o Sr. José Antonio Muniz Lopes e tomou conhecimento de alguma ação da Odebrecht para pedir essa indicação para o Ministério de Minas e Energia?

A Camargo Corrêa também tinha algum acesso ao Presidente da República, via o seminarista Gilberto Carvalho ou outro interlocutor do Palácio do Planalto? Poderia informar quem era essa pessoa?

V.Sa., como Diretor-Presidente da Camargo Corrêa de 2011 a 2014, com quem falava no Palácio do Planalto quando precisava de algum apoio institucional para a sua empresa? Era o seminarista?

Por enquanto é isso, e ainda me restam 3 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Passo a palavra ao Dr. Dalton Avancini para responder os questionamentos do eminente Delegado Edson Moreira.

O SR. DALTON AVANCINI - Bem, eu quero reiterar que a minha origem foi... Eu participei durante muito tempo da área de óleo e gás. Quando eu me tornei Presidente, eu vim da área de óleo e gás e não... Eu não tinha muito relacionamento com as pessoas da área de energia. Agora, a Camargo Corrêa, sim, tinha muito. A Camargo, tradicionalmente, é uma das empresas que mais fez usinas hidroelétricas



no País, é uma das principais empresas dessa área. Certamente, o Sr. José Antonio Muniz era, foi algum relacionamento da Camargo em algum momento. Na Camargo, tinha pessoas lá que o conheciam. Eu nunca tive nenhuma relação com ele, nunca tive nenhuma... Não me recordo nem de ter estado pessoalmente com ele. Não sei. Não cabe a mim comentar os *e-mails* da Odebrecht, o que ela imaginava que a Camargo estaria ou não fazendo. Com relação a acesso ao presidente, como eu já mencionei, quer dizer, a empresa tinha os seus acessos a partir da sua área institucional. A empresa tem um escritório aqui em Brasília, tinha os seus relacionamentos. Mas eu nunca estive com o Presidente Lula no Palácio.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Nesse tempo que teve pagamento de propinas, conforme o senhor disse, teve doação para alguma instituição, por exemplo, de caridade ou de recuperação de drogado ou de recuperação de preso ou de segurança pública?

O SR. DALTON AVANCINI - Desconheço.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Doação nenhuma?

O SR. DALTON AVANCINI - Desconheço.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Coitado do povo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Delegado Edson Moreira.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Miguel Haddad.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Sr. Dalton Avancini, Sr. Presidente da Mesa, Sr. Relator, Srs. Deputados, eu estou requerendo hoje, junto com o PSDB, em função inclusive das denúncias publicadas na revista *Época*, a convocação do ex-Presidente Lula, para que, até em função dos fatos novos, possa prestar esclarecimentos à CPI.

O ex-Presidente Lula, Sr. Dalton, tem dito que a atuação dele no exterior, que, via de regra, terminava com a concessão vultosa de empréstimos do BNDES, eram feitas na defesa dos interesses comerciais brasileiros. Todavia, como está na reportagem, na licitação para a construção de um aeroporto na Guiné Equatorial, duas empresas brasileiras disputavam a obra: Andrade Gutierrez e Odebrecht. Como denuncia a reportagem, o ex-Presidente Lula defendeu uma, a Odebrecht.



Na sua delação premiada, o senhor declarou que, de 2007 a 2012, pagou propinas no valor de 110 milhões para ex-diretores da PETROBRAS, sendo que, nesse mesmo período, a Camargo Corrêa recebeu financiamento de 220 milhões do BNDES a juros de 3,82% ao ano, para capital de giro. A propina paga pela Camargo Corrêa à PETROBRAS teve como origem o financiamento de 200 milhões conseguidos com o BNDES? Essa é a primeira questão.

Segundo aspecto, em relação à delação premiada do ex-Diretor da PETROBRAS Paulo Roberto Costa, o PT, segundo ele, chegava a ficar com 3% dos contratos da PETROBRAS, e o pagamento da propina era negociada direto com o tesoureiro do PT. A indagação, e eu queria que o senhor começasse respondendo a isto: o dinheiro pago pelas empresas é o que abria as portas para obter as obras tanto internacionais quanto nacionais? Eu gostaria que o senhor começasse a responder por essa indagação.

O SR. DALTON AVANCINI - Bom, começando, como eu mencionei, a PETROBRAS, eu posso falar, é onde eu atuava mais diretamente, de fato, não existia, quer dizer, não era o pagamento que fazia com que você tivesse, você teria garantia de ter as suas obras. Quer dizer, o que existia... As empresas já estavam lá participando de contratos na PETROBRAS, existia um sistema todo de qualificação dessas empresas e havia um sistema em que a empresa entrava e que ela tinha de contribuir. Quer dizer, mas o fato de ela contribuir não significava que ela teria mais ou menos obras, e até por isso existia também um acordo das empresas para poder fazer os ajustes de mercado. Quer dizer, então não era o que...

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Então me permita só... Quero voltar para a questão da... Oi?

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Eles pagavam por que, então?

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Esta é uma questão: pagavam por quê?

E, no caso da Guiné, no caso do aeroporto, o Presidente Lula, segundo a reportagem da revista *Época*, foi quem indicou a empresa. Então, nós temos aí um quadro. E qual é a motivação, se não havia superfaturamento... Não havia superfaturamento, o senhor disse alguns instantes atrás que, num lucro de 8%, abrir mão de 1% é coisa razoável. Se não havia superfaturamento e não havia abertura



de portas, quais seriam as motivações? Os indícios são de que as comissões, as propinas abriam portas. Mas eu gostaria de voltar a reiterar esse tema.

O SR. DALTON AVANCINI - Eu quero voltar à questão da PETROBRAS. Quer dizer, como também já foi dito por diversas pessoas, no fundo, era a regra do jogo. Não tinha, assim, você... As empresas que estavam lá, as grandes empresas, elas praticavam aquilo. Quer dizer, um dos fatores que poderia ser tratado como um benefício era o fato de saber que existia um acordo entre as empresas e os diretores faziam vista grossa a esse acordo. Isso era um benefício, ao final, que você poderia ter. Então, mas não significava que o pagamento de propina...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DALTON AVANCINI - Você... Como eu já disse na minha delação em vários momentos, você tinha um acordo entre as empresas com relação à divisão dos projetos. Poderia, e um diretor diligente da PETROBRAS teria a capacidade de ver que isso estava acontecendo e ele poderia evitar esses acordos e evitar... O fato de ter essa contribuição acabava fazendo com que eles também participassem desse jogo e respeitassem a regra.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Então, abria portas, porque, se o diretor ou qualquer funcionário sabia que havia uma composição para participar em relação ao processo licitatório e não havia nenhuma medida de veto em relação a isso, isso é um abre-portas.

O SR. DALTON AVANCINI - Pode ser visto assim. É possível. Mas isso não significava que você teria mais contrato por ter pagado sua participação na propina.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Não mais...

O SR. DALTON AVANCINI - Não necessariamente.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Quando o senhor diz mais contratos, o senhor diz mais obras?

O SR. DALTON AVANCINI - Isso. Não havia uma condição de falar: "Você paga que você vai ter o seu contrato". O fato é que já existia aquela divisão no mercado e que funcionava.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Mas quando há um acordo, só alguns podem participar. Então, você tem a garantia do acesso porque ninguém mais pode participar no instante em que você cria as condições para que só um



grupo de empresas possa efetivamente ser o ganhador, ou por inclusive restrições técnicas, atestados, volume da obra. Enfim, são circunstâncias que permitem que só algumas empresas o façam, participem e sejam os ganhadores. Então, isso, na verdade, é um limitador. Uma empresa de porte médio dificilmente poderia participar.

O SR. DALTON AVANCINI - Sim, mas muitas vezes o limitador era a própria qualificação técnica. Quer dizer, as exigências técnicas para você fazer um projeto para a PETROBRAS eram já suficientes para criar essas limitações — o sistema da PETROBRAS. Agora, com relação ao exterior, é muito difícil dizer. Quer dizer, um projeto na Guiné eu não tenho nem como dizer o que aconteceu lá e quais foram as condições. Quando você vai para o exterior, um apoio do Governo do seu país local é importante sim. Quer dizer, isso não significa que você esteja cometendo qualquer ilícito. O fato de o país de origem apoiar e pedir que as empresas sejam respeitadas e que elas tenham, sejam olhadas é positivo. E isso é uma atividade comercial que as empresas precisam fazer. Quando você vai vender um projeto no exterior, se o seu país vai lá e se o presidente daquele país liga para o presidente do outro país, ele é mal indicado, quer dizer, isso vai dificultar a sua ação comercial. Então, não era nada absurdo assim as empresas buscarem sempre esse apoio.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Em relação, então, aos 200 milhões obtidos pela Camargo Corrêa a uma taxa de juros menor, de 3,82%, esses recursos, de certa forma, foram destinados ou justificavam a propina de 110 milhões?

O SR. DALTON AVANCINI - Não, absolutamente não tinha relação nenhuma. Quer dizer, essa propina estava — o que já foi falado também, eu já falei amplamente —, era exclusiva dos contratos da PETROBRAS, não tinha qualquer relação... Eu nem... Eu não sei se esse número que o senhor colocou, se ele é dos vários empréstimos que a Camargo teve ou se teve algum específico com relação a capital de giro para... Mas absolutamente não tem relação nenhuma com isso, não...

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - O.k., Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Foram muito boas essas palavras que ele disse de o Presidente fazer propaganda no País e fazer algo lá fora também. Isso é muito importante. Parabéns! Essa parte foi muito boa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço aos Deputados Miguel Haddad e Delegado Edson Moreira.



Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Fabio Reis, pelo tempo de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO FABIO REIS - Sr. Presidente, senhoras e senhores colegas, depoente, demais presentes, boa tarde.

Sr. Dalton Avancini, o senhor fez acordo de delação premiada, através do qual entregou provas que ligam outras grandes empresas ao denominado clube das empreiteiras. Pelo que foi dito, esse clube é composto pelas empresas Odebrecht, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão, UTC, Camargo Corrêa e OAS. A Operação Lava-Jato, em curso no Brasil, é provavelmente a maior já vista em termos de tentáculos e também no que se refere a volume de recursos públicos envolvidos.

É sabido que em outros países também existem espécies de clubes que acabam controlando as contratações das grandes obras públicas, o que não deixa de ser uma ilegalidade. Mas o que parece ser mais chocante no Brasil é a soma de recursos desviados. Isso prejudica não só a livre concorrência, mas também a vida do povo, que, no fim das contas, é o dono do dinheiro desviado. Como todos sabemos, o Estado não produz dinheiro. Portanto, se os recursos estão lá, vieram do bolso dos brasileiros.

A delação foi uma bomba que explodiu dentro do esquema do clube das empreiteiras. O senhor fala detalhadamente em pagamento de propinas, de sobrepreços em contratações que envolveram a PETROBRAS, etc.

Minhas considerações pontuais: os grandes investimentos do BNDES são feitos mediante contratações de empresas do clube das empreiteiras. Considerando seu conhecimento nessas práticas, devido ao fato de ter presidido uma das empresas desse cartel, o que o senhor teria a nos acrescentar com relação ao desvio de recursos públicos através do BNDES? Quais são os critérios para contratação e como as empresas vencedoras controlam isso? Como o senhor pode minimizar o efeito desses crimes nos ajudando a rastrear e trazer de volta aos cofres públicos tais somas? Gostaria de saber também por que dar preferência para as obras no exterior. Isso é facilitador para os desvios? O que justifica tantas contratações no exterior com o dinheiro brasileiro?

Obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Fabio Reis.

Passo a palavra ao Sr. Dalton Avancini.

O SR. DALTON AVANCINI - Bom, Deputado, inicialmente, assim, essas empresas, elas, a participação delas, o financiamento do BNDES não é para elas, quer dizer, ele vai para os órgãos que são contratantes. Então, não são as empresas que tomam financiamento. Elas participam muitas vezes da construção. Quem deveria e quem precisa ter os critérios adequados para evitar que se tenha qualquer desvio são esses órgãos contratantes, acho até mais do que o próprio banco, quer dizer, quem é o contratante. E acho que essa discussão é importantíssima ser feita, e aqui acho que esta Casa deveria fazer, sobre as discussões sobre critérios de contratação pública, como isso deveria funcionar, quais deveriam ser os mecanismos para que a gente tivesse uma maior transparência nisso. Acho que isso é um fator importante e que deveria ser objeto de uma discussão bastante ampla, porque a gente percebe claramente que o sistema hoje não está funcionando. Quer dizer, e não só da PETROBRAS, como se vê em várias outras questões em obras públicas, e que deveriam ser. Não acho que isso seja uma obrigação do banco. O banco é um financiador, ele vai ter critérios de controle, mas não a um nível que possa pegar ou saber se está havendo ou não um conluio na licitação. Com relação a obras no exterior, eu já mencionei, é de interesse das empresas, as grandes empresas, essa operação multinacional. Quer dizer, você ir para outro país traz uma série de vantagens. Então, você tem questões técnicas, questões de operação local, tem uma série de fatores que são positivos. E até com relação...

O SR. DEPUTADO FABIO REIS - E as obras aqui no Brasil não são?

O SR. DALTON AVANCINI - São, mas, assim, você tem limitantes. Assim, as concorrências existem aqui e existem lá fora. Você disputar obras lá fora, muitas vezes também você não está sozinho, você disputa com chineses, você disputa com... Então, estar preparado para esse ambiente é uma coisa que essas empresas buscam. Quer dizer, nós tínhamos obras, por exemplo, na Colômbia e que eram licitações extremamente rigorosas, que você tinha que ir lá e ter preço, e nem tinha financiamento do BNDES, e que nós participamos porque tinha interesse. Então, como eu mencionei também, às vezes, quando você tem uma queda no mercado



aqui, você estar operando fora é importante, isso traz... Essas empresas têm transações em outras moedas. Então, você ter receitas em dólar, muitas vezes, é importante. Então, tem uma série de fatores que levam as empresas a atuarem lá. E, obviamente, também uma política de Governo que estimule o financiamento nesses países também faz com que você vá. As empresas acabaram, muitas delas, se direcionando um pouco em função disso. Acho que a discussão sobre as obras aqui é mais do que simplesmente recurso do BNDES. Essa discussão é mais ampla sobre a capacidade de o Estado brasileiro investir em projetos de infraestrutura, que é uma questão também muito importante que precisa ser debatida. Quer dizer, a nossa infraestrutura está atrasada e ela não consegue. Quando ela consegue se projetar minimamente, ela não consegue nem recuperar o atraso que ela tem. Então, acho que a sociedade deveria sim discutir fortemente a questão da infraestrutura, a eficiência do uso dos recursos para que essas infraestruturas aconteçam, de acordo com as necessidades do País.

O SR. DEPUTADO FABIO REIS - Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço, Deputado Fabio Reis.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Goulart.

O SR. DEPUTADO GOULART - Boa tarde, Sr. Presidente, Sr. Relator, senhor depoente, Dalton Avancini. Eu tinha algumas perguntas que ia fazer que foram feitas pelo Vice-Presidente Miguel Haddad, pelo Deputado Arnaldo Jordy.

Eu quero cumprimentá-lo pela lucidez. Tenho um respeito muito grande por V.Sa. Acho que o que a Camargo Corrêa representa no mundo da construção no Brasil é orgulho para todos os brasileiros. Esse episódio que nós estamos vivendo realmente deixa todos muito tristes, todos os brasileiros. Mas eu acho que a lucidez com que V.Sa. respondeu aqui às indagações me deixa muito contente. E acho que prestou um grande serviço ao País e à democracia.

É só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Goulart.

O próximo orador inscrito é o Deputado Paulão, a quem concedo a palavra pelo tempo de 5 minutos.



O SR. DEPUTADO PAULÃO - Sr. Presidente, eu queria cumprimentar V.Exa., o Relator e o Sr. Dalton.

Sr. Dalton, na época o senhor era representante da Camargo Corrêa no Consórcio Via Amarela, formado também com a multinacional francesa Alstom, que teve inclusive uma ação no Ministério Público. Vários agentes públicos foram beneficiados. O senhor poderia detalhar que agentes foram esses para a CPI?

O SR. DALTON AVANCINI - Via Amarela? É do metrô de São Paulo isso? O que é?

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Via Amarela, sim. A Camargo Corrêa não fazia parte?

O SR. DALTON AVANCINI - Não, eu não me recordo dessa... Muitas vezes, como diretor, eu até poderia assinar contratos, mas acho que eu nunca fui representante do Consórcio Via Amarela.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - O senhor não teve conhecimento em relação a esse contrato?

O SR. DALTON AVANCINI - Não, não tenho conhecimento de propinas nesse contrato.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - O senhor fez uma relação aqui dos partidos citados que receberam. Apesar de o senhor falar que o vice-presidente era o responsável, que tinha um comitê, V.Sa. não ficava diretamente envolvido, já que o processo hierárquico não tinha envolvimento direto e o senhor citava principalmente o PMDB, não é? Em relação a V.Sa., o senhor tem relação política nesta Casa? Exemplo concreto: estamos tendo denúncia a respeito do Presidente da Câmara Federal, Deputado Eduardo Cunha, inclusive com recursos que estão sendo citados pelo Ministério Público Federal da Suíça. O senhor tem algum relacionamento ou teve com o Presidente da Casa em algum momento, o Deputado Eduardo Cunha?

O SR. DALTON AVANCINI - Não. Como eu disse, Deputado, eu era... A minha origem é operacional. Eu fui, na Camargo, durante muitos anos, líder de questões operacionais. Eu não mantinha... Os meus relacionamentos eram muito pontuais com políticos, quer dizer...

O SR. DEPUTADO PAULÃO - O senhor nunca se sentou com ele?



O SR. DALTON AVANCINI - Não me recordo de ter sentado com Eduardo Cunha. No período, como Presidente da empresa, eu asseguro que nenhuma vez, jamais estive com ele. Como eu disse, quer dizer, a empresa tinha um vice-presidente institucional e um escritório aqui em Brasília, que eram as pessoas responsáveis por essas relações políticas. Não era... Isso não ficava a cargo do Presidente.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - O senhor não mantém nenhum relacionamento com nenhum Deputado Federal e Senador nesta Casa? Não tem nenhum?

O SR. DALTON AVANCINI - Não. Não.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Nunca teve?

O SR. DALTON AVANCINI - Não.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - O senhor deu destaque importante para esta CPI à relação do papel do BNDES, que é o foco da questão, inclusive o objeto da CPI. O senhor reiterou várias vezes, e eu reitero mais uma vez esta pergunta: o senhor considera, como executivo de uma grande construtora não só no aspecto nacional, mas internacional, a importância do banco e a ação política que o Governo Federal fez, tanto a Presidência, não só a atual, mas as várias Presidências da República — Fernando Henrique Cardoso, Lula, Dilma —, como o Ministério das Relações, em relação a esses contratos internacionais? Na sua última fala, principalmente nessa questão do mercado — há um desequilíbrio de mercado — o senhor considera a importância de você ter outras ações, trabalhar com outras moedas? O senhor considera isso normal? É rotina? Os países que têm uma democracia avançada, pelo seu conhecimento, estabelecem esse processo? É uma concorrência muito forte? É sadio para o banco, para as empresas, para o Brasil?

O SR. DALTON AVANCINI - Sim, eu acredito que isso é sadio. Quer dizer, é importante você ter um banco de fomento, um banco que ajude as empresas nacionais. Ao fortalecer companhias nacionais, mesmo operando fora, se você traz riqueza para cá, porque essas empresas, a sede delas é aqui, é aqui que elas acabam fazendo outros projetos, gerando recursos... Então, quando uma empresa dessas gera um recurso de resultado, ela vem investir na infraestrutura daqui, em outros negócios que surgem. Então, eu acho que é muito importante. Isso é usual.



Quer dizer, eu acho que quase todos os países possuem bancos de fomento para a sua indústria. E, como eu coloquei anteriormente, eu acho importantíssimo. E que tenha critérios claros para utilização desses recursos, que eles sejam usados adequadamente, com uma isonomia para as empresas. Eu acho que isso... Mas é útil sim e é comum.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - A Camargo Corrêa, na relação comercial e financeira que tinha com o banco, não teve com o BNDES, o foco, ilicitude nas suas relações?

O SR. DALTON AVANCINI - Eu jamais tive notícia de qualquer ilicitude da Camargo com relação ao BNDES.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Então, se houve ilicitude, foi em relação a partidos ou a pessoas, conforme o senhor detalhou?

O SR. DALTON AVANCINI - Nos projetos de construção, nunca com relação aos financiamentos que ela obteve.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Paulão.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Betinho Gomes.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Sr. Dalton Avancini, eu gostaria de ser objetivo nas primeiras perguntas: V.Sa. me responda sim ou não.

Na sua avaliação, dentro do BNDES existe corrupção?

O SR. DALTON AVANCINI - Desconheço. Não.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Tráfico de influência?

O SR. DALTON AVANCINI - Não conheço isso.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Raciocinando comigo, V.Sa. sabe que o BNDES tem financiado grandes empreendimentos, como o caso da Refinaria Abreu e Lima. Ali o BNDES aportou para as empresas que estavam envolvidas algo em torno de 10 bilhões de reais. A obra, no final, custou quase 30 bilhões. Após esse financiamento se constatou que parte desse recurso foi utilizado para pagar propina, via empresa, aos partidos políticos aliados à base do Governo. Seguindo esse raciocínio, V.Sa. não acredita que o BNDES financiou a corrupção no País?



O SR. DALTON AVANCINI - Não. Assim, se você seguir essa lógica, o dinheiro que foi gasto com a propina passou por aí. Mas nunca houve uma ação deliberada do banco ou de qualquer entidade para que isso fosse feito. Então...

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Em nenhum momento, durante a liberação desses recursos, ninguém chegou a falar: *“Olhe, a gente precisa de tantos milhões ou bilhões de reais para poder investir em determinada obra, e vamos articular para que o BNDES facilite a liberação desses recursos para poder viabilizar essas obras?”*

O SR. DALTON AVANCINI - Que eu tenha participado, não.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Em relação aos interesses, no que diz respeito ao financiamento de exportações de serviços da Camargo Corrêa, além dos contatos em gestões junto ao BNDES, alguém da empresa atuava especificamente para fazer algum tipo de *lobby* junto ao Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações — COFIG ou junto à Câmara de Comércio Exterior — CAMEX?

O SR. DALTON AVANCINI - Não. Desconheço. A Camargo Corrêa, como eu disse, tinha a sua área institucional, que tinha os relacionamentos com várias pessoas. Quer dizer, mas especificamente em relação ao BNDES, eu não...

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Nunca foi feito *lobby*?

O SR. DALTON AVANCINI - Não. *Lobby*, não.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Quem são as pessoas...

O SR. DALTON AVANCINI - É normal. Acho que vale relacionar... É normal. Quer dizer, uma empresa que está participando de projetos, principalmente no exterior, quando havia o financiamento do banco, que a empresa procurasse o banco para saber como o processo andava, mas dentro do procedimento normal entre o banco e a empresa que recebia os recursos.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Quem são as pessoas encarregadas na Camargo Corrêa de defender seus interesses junto a BNDES, COFIG e CAMEX?

O SR. DALTON AVANCINI - Olha, eu posso te dizer que nós tínhamos o Vice-Presidente de Finanças lá, o Carlos, que era o responsável pela questão financeira. Provavelmente, na equipe dele ele deveria ter pessoas que cuidavam disso.



O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Não tinha nenhuma consultoria que atuava nesse sentido? Apenas a equipe mesmo de funcionários da Camargo Corrêa?

O SR. DALTON AVANCINI - Acredito que sim. Vale ressaltar que a área internacional tinha uma certa autonomia. Então, não sei se, em algum momento, ela chegou a contratar alguma consultoria. Eu desconheço.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Nem pessoas que eventualmente tivessem feito parte do Governo Federal e depois prestaram serviços à empresa?

O SR. DALTON AVANCINI - Eu desconheço. Não conheço quem é. Mas é possível, como eu insisto. Como presidente... Existia uma vice-presidência financeira e uma internacional. Quer dizer, se essa vice-presidência fizesse a contratação de uma consultoria, ela tinha autonomia para isso. Eu não precisava ser... Não passava por mim a aprovação disso.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Pela sua experiência em relação a esses contratos que foram feitos com o BNDES, quais são as pessoas decisivas no BNDES para garantir que os projetos de importação e exportação de serviços fossem encaminhados para análise do COFIG e da CAMEX?

O SR. DALTON AVANCINI - Bom, como eu disse, eu não tratava com essas pessoas. Agora, muitas vezes me explicavam que os financiamentos não saíam porque a equipe técnica do BNDES era uma equipe extremamente rigorosa. Mas não sei citar nenhum nome específico que era responsável por esses financiamentos.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - V.Sa. já sofreu ou teve conhecimento de outros funcionários da Camargo Corrêa, bem como de outras empresas que eventualmente tenham sofrido nos últimos anos algum tipo de extorsão para facilitar a tramitação de operações no BNDES, Ministério do Desenvolvimento, COFIG ou CAMEX?

O SR. DALTON AVANCINI - Não. Não conheço. Nunca tinha nenhuma informação sobre isso.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Sr. Presidente, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Betinho Gomes.



Com a palavra o próximo orador, Deputado André Fufuca, pelo prazo de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, convocado, Dr. Dalton Avancini, a quem irei dirigir minhas palavras, a primeira pergunta que faço a V.Exa., antes de começar a fazer as perguntas devidas: V.Sa. fez declarações no teor de delação premiada que condizem plenamente com a verdade?

O SR. DALTON AVANCINI - Sim.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - V.Sa. tem certeza disso?

O SR. DALTON AVANCINI - Sim.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Já que tem certeza da verdade, você não teme, de forma alguma, cair em eventual contradição que possa acabar por prejudicá-lo na mesma delação?

O SR. DALTON AVANCINI - Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Certo.

A Usina de Belo Monte, financiada pelo BNDES, tem investimento previsto de 29 bilhões e deve ser concluída até o ano de 2019. V.Sa. teria dito, em depoimento, em regime de colaboração premiada, que a Camargo Corrêa se comprometeu a pagar 20 milhões de propina para atuar na construção da usina.

Eu lhe pergunto: a quem foi destinado esse dinheiro e quem firmou o acordo de pagamento de propina? Quando faço esse questionamento, eu lhe pergunto se há comprometimento ou não de pessoas de alta patente do Governo Federal, Governo Estadual ou pessoas que já ocuparam altas patentes do Governo Federal.

Essas são as primeiras perguntas que lhe faço.

O SR. DALTON AVANCINI - Deputado, como eu já mencionei...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Ele responde?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Sim, da maneira que V.Exa. achar mais produtivo.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Então, por favor, responda às perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Passo a palavra ao Sr. Dalton Avancini.



O SR. DALTON AVANCINI - Como eu coloquei claramente na minha delação, quando eu assumi a presidência da empresa, já havia sido feito esse acordo. Eu não participei desse acordo. Isso não foi tratado por mim. Existia um diretor na época, que é o Sr. Luiz Carlos Martins, que foi quem tratou a forma da entrada da empresa nesse consórcio, inclusive desses pagamentos. E foi ele quem operacionalizou isso, ele é que tem as informações sobre isso. Eu não participei disso. Não sei...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Na sua delação no caso, você não cita em momento nenhum os destinatários disso?

O SR. DALTON AVANCINI - Eu não tenho conhecimento desses destinatários. Quer dizer, ele tratou disso. Não sei se ele deu a um intermediário ou se isso também tinha algum destino final.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Correto. O questionamento que eu faço é sobre a sua delação. Você não retrata de maneira alguma, de forma alguma isso.

O SR. DALTON AVANCINI - Porque eu não conheci, eu não conheci. Ao contrário, como eu mencionei, no caso da PETROBRAS, em que eu fui líder da área da PETROBRAS e sabia quem eram as pessoas. No caso da energia, quando eu assumi, todos esses acordos já tinham sido feitos.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Certo. A segunda pergunta: qual era a relação de V.Exa. com os ex-Presidentes do BNDES, dos quais a sua empresa, a empresa da qual você estava à frente obteve inúmeras facilidades? Eu lhe pergunto: qual era o grau de relacionamento de você com eles?

O SR. DALTON AVANCINI - Meu? Nenhum.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Zero?

O SR. DALTON AVANCINI - Zero.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Todos esses financiamentos foram feitos, então, por outros presidentes?

O SR. DALTON AVANCINI - Sim, teve alguns. Na minha gestão, como mencionei, teve algum que foi assinado. Mas eu nunca tratei, nunca estive no BNDES.



O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Certo. Quantos empréstimos V.Sa. contratou em nome da Camargo Corrêa junto ao BNDES? Nenhum empréstimo?

O SR. DALTON AVANCINI - Não, o que eu tenho registro também não é... É que houve um empréstimo para Angola, que foi na minha gestão que acabou sendo assinado. Mas essa obra já tinha andado, quer dizer, então, era até pagamento de coisas passadas ainda que tinha.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - V.Sa. recorda o valor dele?

O SR. DALTON AVANCINI - Esse de Angola, que foi em 2012, que era quando eu era Presidente, eram 53 milhões de dólares.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Foram 53 milhões de dólares. Certo.

O SR. DALTON AVANCINI - E também, para que eu não fuja com a verdade, há um de dezembro de 2011. Eu assumi a empresa em outubro de 2011, e teve um que foi assinado também, em relação à Argentina, de 45 milhões de dólares.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Certo. V.Sa. consegue nos informar aproximadamente quantos milhões de reais ou dólares foram pagos à empresa Camargo Corrêa?

O SR. DALTON AVANCINI - Pagos, não. De financiamentos, quer dizer, a empresa tomou...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Pagos a financiamentos.

O SR. DALTON AVANCINI - Não, mas é que necessariamente o que foi tomado de empréstimo não foi desembolsado integralmente, em função de... Então, a Camargo tomou 258 milhões de empréstimos ao BNDES, sendo que tem um, o último empréstimo, que foi de junho de 2015, que com isso complementaria esses 600 milhões de dólares, o total de empréstimos, em números macro.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Foram 600 milhões de dólares?

O SR. DALTON AVANCINI - Sim.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Certo. Estou satisfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado André Fufuca.

Passo a palavra ao Deputado Carlos Zarattini, próximo orador inscrito, pelo tempo de 5 minutos.



O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Boa tarde, Presidente, eu queria cumprimentar V.Exa., todos os colegas e o Sr. Dalton Avancini, que está hoje aqui depondo.

Sr. Dalton Avancini, em primeiro lugar, eu gostaria de saber do senhor qual é a abrangência da delação premiada que o senhor fez. Ela se refere exclusivamente a contratos com a PETROBRAS e com o setor de energia ou ela abrange todas as questões, as participações da Camargo Corrêa com outros órgãos, tanto do Governo Federal como de Governos Estaduais e Prefeituras?

O SR. DALTON AVANCINI - Ela se refere aos processos de que eu participei e que eu tinha alguma coisa para agregar e para relatar.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Mas o senhor só apresentou questões relativas à PETROBRAS e à área de energia?

O SR. DALTON AVANCINI - Não, tinha outras coisas também na delação.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Havia interesse da parte do Juiz Sérgio Moro, do Ministério Público do Paraná em conhecer, ter conhecimento sobre outros contratos, além desses que estão divulgados?

O SR. DALTON AVANCINI - Do Ministério Público, sim; do Sérgio Moro, eu nunca tive...

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Mas o senhor foi interrogado por ele também?

O SR. DALTON AVANCINI - Sim, mas os interrogatórios foram sobre os processos em curso. Não havia... Mas o Ministério Público, sim, tinha interesse sobre quaisquer assuntos em que houvesse algum desvio.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - No período em que foi investigada a Camargo Corrêa pela chamada Operação Castelo de Areia, o senhor exercia que cargo na empresa?

O SR. DALTON AVANCINI - Durante um período eu era superintendente. Não sei exatamente, quando houve a Castelo, se eu já tinha algum cargo de diretor, não me recordo exatamente.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Foi por volta de 2010 e 2011.

O SR. DALTON AVANCINI - Não, acho que antes. Em 2011, eu virei presidente.



O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Em 2011, o senhor foi presidente.

O SR. DALTON AVANCINI - Acho que a Castelo foi em 2008.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Em 2008?

O SR. DALTON AVANCINI - Acredito que sim.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Mas ela foi desencadeada em 2010.

O SR. DALTON AVANCINI - Não, eu acho que ela foi desencadeada em 2008.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Em 2008?

O SR. DALTON AVANCINI - Acredito que sim.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - O senhor, antes de ser presidente, exerceu o cargo de Diretor da Divisão de Óleo e Gás e Diretor de Transporte e Infraestrutura?

O SR. DALTON AVANCINI - Isso.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - As duas diretorias?

O SR. DALTON AVANCINI - Sim.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - No que nós temos aqui de documentação da constituição do chamado Consórcio Via Amarela, composto pela Alstom, CBPO, Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, OAS, Queiroz Galvão, consta o nome do senhor como representante da Camargo Corrêa.

O SR. DALTON AVANCINI - Sim.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Então, de fato, o senhor representou a Camargo Corrêa nesse Consórcio Via Amarela?

O SR. DALTON AVANCINI - É possível, sim.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - É o que consta aqui no documento. Então, eu imagino que seja verdadeiro.

Nesse contrato, na Operação Castelo de Areia, da Polícia Federal, depois foram anuladas as provas, mas, enfim, foi verificado o pagamento de 16 milhões de reais em propinas. O senhor tem conhecimento disso?

O SR. DALTON AVANCINI - Não.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Não tem conhecimento desse pagamento?



O SR. DALTON AVANCINI - Não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - O senhor estava representando a empresa, mas não tem conhecimento disso?

O SR. DALTON AVANCINI - Como eu disse, eu era líder operacional, quer dizer, eu não cuidava das questões comerciais desse contrato, nunca cuidei dessas questões comerciais desse contrato e desconheço que tenha havido esses pagamentos.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Eu imagino que o senhor estava na Diretoria de Infraestrutura nesse momento.

O SR. DALTON AVANCINI - Mas existia uma diretoria comercial, que era na estrutura. A Diretoria de Transportes cuidava exclusivamente da parte operacional da empresa.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Das obras?

O SR. DALTON AVANCINI - Sim, exclusivamente da obra.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - O.k. Nós temos também uma informação de que o Ministério Público Estadual solicitou a sua prisão por conta de envolvimento em obras da SANASA — Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A. em 2010. É verdadeiro isso?

O SR. DALTON AVANCINI - É verdadeiro.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - E por que ele solicitou a sua prisão? O senhor pode nos informar?

O SR. DALTON AVANCINI - Sim. Houve uma delação lá, e o líder da SANASA chegou a me acusar de ter feito pagamentos para ele.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - É verdadeiro também que junto à Operação Castelo de Areia se verificou o chamado cartel do saneamento, com envolvimento da SABESP — Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo nesse cartel. O senhor tem conhecimento desse cartel do saneamento com a SABESP no período investigado pela Operação Castelo de Areia ou no período em que o senhor exerceu o cargo de Diretor de Infraestrutura?

O SR. DALTON AVANCINI - Não.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - O senhor não tem conhecimento?

O SR. DALTON AVANCINI - Não tenho conhecimento.



O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - O.k. Também na Operação Castelo de Areia surge um documento com uma série de pagamentos feitos pelo Metrô na obra da Linha 4, em que os lotes 4 e 5 tinham participação nas obras da Camargo Corrêa, correto?

O SR. DALTON AVANCINI - Hum, hum!

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - E aparece uma “contribuição” aqui — vamos chamar entre aspas — de 213.140 reais, que equivale exatamente a um percentual de 1% desse total para uma sigla F.B. O senhor tem conhecimento de quem seria F.B.?

O SR. DALTON AVANCINI - Não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Também outro documento apreendido na Operação Castelo de Areia trata de obras do Metrô, Linha 4. Também aqui outro documento com essa mesma porcentagem de 1%. O senhor também não tem conhecimento de um valor de 43.300 reais, divididos em dez parcelas, referente a CLAIMS do Metrô Linha 4?

O SR. DALTON AVANCINI - Também não.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Também temos aqui um outro documento referente a recebimento: Prefeitura Municipal de Jundiaí. Acordo. Um valor total de 559.075, e aqui um percentual de 10%, 55.900. O senhor tem informação sobre esse...

O SR. DALTON AVANCINI - Eu quero reiterar, Deputado, que, nessa época, eu era Diretor de Operações, eu cuidava das obras. Não tenho conhecimento dessas tratativas comerciais.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Mas eu estou falando de obras.

O SR. DALTON AVANCINI - Não, mas existia uma área comercial que era quem cuidava das relações comerciais. Não era a minha área...

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Então, só para eu entender, a presidência não trata das operações comerciais?

O SR. DALTON AVANCINI - A presidência trata. A presidência, sim, mas eu não era presidente nessa época.



O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Não, mas eu só quero entender a estrutura da Camargo Corrêa. A presidência tratava também de operações comerciais?

O SR. DALTON AVANCINI - Se o senhor quiser... Teve várias estruturas na Camargo Corrêa nesse período, teve várias estruturas aí. Quer dizer, nesse momento existiam divisões de operações e comerciais separadas. Depois, existiu um período — e que foi o que eu fui na PETROBRAS —, eram unidades separadas, quando eu fui líder da PETROBRAS, por isso que eu insisto...

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Na Diretoria de Óleo e Gás?

O SR. DALTON AVANCINI - E depois foi uma unidade em que eu era o Presidente da Divisão de Óleo e Gás, que essas unidades foram separadas e tinham divisões. Existia um presidente de óleo e gás, um presidente de infraestrutura. E aí, depois, por fim, que é o período em que eu fui presidente, que eu era Presidente da Divisão de Engenharia e Construção, e nós tínhamos vice-presidentes, e, ainda, abaixo deles, as divisões, existia um diretor comercial e um operacional, a Divisão de Óleo e Gás, Indústria, Energia e Infraestrutura. Então, estruturas foram várias nesse período.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Mas quem tratava sempre dessas questões de pagamento e propina seriam as áreas comerciais?

O SR. DALTON AVANCINI - E financeira. Nesse período, diretamente foi a área financeira.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Certo. E, nessa época em que o senhor estava na Diretoria de Infraestrutura, quem era da área comercial?

O SR. DALTON AVANCINI - Tem alguns projetos... Acho que era o Sr. Antônio D'Almeida, que era...

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Antônio?

O SR. DALTON AVANCINI - D'Almeida.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Sr. Presidente, nós estamos com problema de tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Carlos Zarattini, peço a V.Exa. que conclua, por gentileza.



O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Acabou meu tempo? Desculpe-me. Eu estou tentando fazer perguntas. Não sei por que V.Exa. está incomodado com isso. Mas, enfim...

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Não, eu não estou incomodado. Eu acho que o Regimento tem que ser respeitado.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Está bom. É que eu...

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Como o senhor é regimentalista...

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Desculpe-me, Deputado. Eu não percebi que meu tempo tinha acabado.

Então, Presidente, eu gostaria que V.Exa. pudesse me dar mais um pouquinho de tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - V.Exa. tem 30 segundos para encerrar sua fala.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Já que nós não pudemos esclarecer nada sobre a Operação Castelo de Areia, eu só gostaria de saber: na pergunta que foi feita por um Deputado — não me lembro quem— sobre o Sr. Adhemar Palocci, o senhor disse que supunha que Adhemar Palocci tinha conhecimento. Depois, o senhor disse que tinha conhecimento. Que elementos o senhor tem para dizer que ele sabia ou que o senhor supunha? O senhor ouviu dizer?

O SR. DALTON AVANCINI - Quem me reportou, como eu disse na minha delação, foi o Sr. Luiz Carlos Martins, que era o Diretor de Energia, que tinha conhecimento por parte do Sr. Palocci.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - O senhor soube, então, por terceiros?

O SR. DALTON AVANCINI - Sim, nunca tratei com ele.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - O senhor mesmo nunca teve relação com o Sr. Adhemar Palocci em nenhum momento?

O SR. DALTON AVANCINI - Não.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - O.k. Muito obrigado.

Obrigado, Deputado, pela tolerância. Vamos em frente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Não tenho dúvida alguma de que V.Exas. vão continuar com uma convivência extremamente harmônica.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Tenho uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Tem a palavra o Deputado Miguel Haddad.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Falo para esclarece à Casa, até porque o Deputado Carlos Zarattini citou a cidade de Jundiaí, da qual eu fui Prefeito por três vezes.

Assim que assumi, em 1997, havia um contrato com a Camargo Corrêa. E eu, então, como Prefeito, em 1998...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Miguel Haddad, como a questão de ordem de V.Exa. está fora do contexto, eu vou conceder a V.Exa. o tempo de Liderança da Minoria.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Está bem. Eu quero usar o tempo, então.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Há um requerimento de autoria do Deputado Bruno Araújo que me permite conceder a V.Exa. o tempo da Minoria.

Concedo a palavra a V.Exa. pelo tempo de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Em 1998, eu suspendi o contrato, deixando de efetuar os pagamentos durante os meus dois mandatos. Quando houve qualquer indício de suspeição, diferentemente do que o Governo Federal fez e faz, no meu Governo, eu suspendi os pagamentos. Quero deixar isso muito claro. A concorrência não foi licitada enquanto eu era Prefeito. Houve um apontamento do Tribunal de Contas, e eu suspendi o pagamento por 7 anos. Posteriormente, a Camargo Corrêa entrou com uma ação. Ganhou a ação. E, aí, o outro Governo fez os pagamentos. Faço esse esclarecimento para deixar clara a minha posição, como Prefeito, como homem público.

Aproveitando ainda o tempo que me resta, eu quero voltar a indagar o Sr. Dalton Avancini sobre...



O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Mas o tempo de Liderança não era para indagar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Nós fazemos essa concessão desde o início já, Deputado. Nós abrimos essa hipótese.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - V.Exa. utiliza esse recurso.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Não usei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - V.Exa. já usou também o tempo do PT.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Todas as vezes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - A grande maioria dos Parlamentares já usou.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Todas as vezes V.Exa. utiliza o tempo de Liderança para fazer perguntas a depoentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Então, nós vamos conceder o tempo de Liderança ao Deputado Miguel Haddad.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - A regra tem que ser única.

Eu queria só retomar a questão com o Sr. Dalton Avancini.

Na questão do empréstimo do BNDES, foram 200 milhões para capital de giro, e foram entregues 110 milhões em propinas. Como se justifica um recurso a juros subsidiados para capital de giro e 110 milhões entregues como propina? Qual é a lógica desse procedimento?

O SR. DALTON AVANCINI - Eu vou voltar à mesma questão. Absolutamente, não tem relação nenhuma uma coisa com a outra. A empresa faturava... No último ano, faturou cerca de 6 bilhões de reais. Quer dizer, então, os 200 milhões de capital de giro eram um dinheiro para as operações de toda a empresa. Não eram especificamente para um projeto, e não havia... Até, muitas vezes, os projetos da PETROBRAS eram superavitários. E não se colocava recurso de capital de giro. O giro era feito com os próprios recebimentos do projeto. Então, não há relação nenhuma de uma coisa com a outra.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - No caso da Usina de Belo Monte, quem indicou o consórcio construtor? E por que que a Mendes Júnior, que é uma das grandes construtoras do País, ficou de fora desse consórcio?



O SR. DALTON AVANCINI - A Mendes Júnior estava no consórcio que ganhou a concessão e acabou por não continuar depois no projeto. Ao que me recordo, ela tinha alguma questão de garantia, que era necessária na época da formação do Consórcio Construtor, o que acabou sendo impeditivo para ela permanecer. Mas ela participou do Consórcio, acho que da concessão, se eu não estou enganado aqui.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Eu quero voltar a uma questão que já foi feita pelo Deputado Arnaldo Jordy, mas eu queria voltar a reiterar. Num primeiro momento, as grandes construtoras não participaram do Consórcio. E o senhor faz as considerações e as razões pelas quais não participaram do Consórcio. Posteriormente, formam um consórcio de construtoras. O que mudou? Qual foi o ganho das empresas que ganharam o Consórcio? Quais foram as razões pelas quais a Norte Energia participou e depois repassou a construção da Usina de Belo Monte?

O SR. DALTON AVANCINI - Bom, após ela ter ganhado a concessão, ela resolveu fazer uma licitação para fazer as obras e não contratar diretamente as empresas que eram sócias dela no consórcio investidor, como assim a gente chama. Nós não sabemos claramente as motivações que ela teve para isso, mas o fato de você deixar de fora a Odebrecht, a Camargo e a Andrade, que eram reconhecidamente as maiores construtoras hidrelétricas do País, fora da maior hidrelétrica que o País ia construir não faria muito sentido. Então, talvez até por ter uma garantia de que o empreendimento fosse sair nas condições em que tinha que sair.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Mas elas estavam habilitadas, reuniam as condições técnicas de acordo com o edital, tinham capacidade para execução da obra. Se o outro consórcio aceitou a execução da obra, por que não eles?

O SR. DALTON AVANCINI - *(Riso.)* Tem que saber quais eram as razões da Norte Energia, não é, Deputado? Eu não sei o que motivou essa decisão de chamar as grandes empresas aí.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - O.k. Eu agradeço.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa., Deputado Miguel Haddad.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Fabio Garcia.

O SR. DEPUTADO FABIO GARCIA - Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr. Dalton, a quem eu dirijo a palavra. Eu quero aqui perguntar se a sua assunção ao cargo de Presidente da Camargo Corrêa veio de alguma indicação política ou foi meritória da sua carreira?

O SR. DALTON AVANCINI - Não, foram, naquela época ainda, 18 anos, 19 anos de trabalho na empresa. Não teve nenhuma indicação.

O SR. DEPUTADO FABIO GARCIA - Certo. Então, foi meritória. Eu acredito que, óbvio, como Diretor-Presidente competente então, o senhor conhecia de fato os atos, as ações que os diretores que estavam abaixo do senhor e respondiam ao senhor praticavam na empresa. Quer dizer, o senhor não aceitaria que um diretor assinasse um contrato de montante relevante ou um contrato de obra ou de financiamento sem que o senhor conhecesse os termos e condições do contrato. Isso é verdade?

O SR. DALTON AVANCINI - Sim. Mas, assim, você tem um nível de delegação na empresa. Quer dizer, esses diretores apresentam o que vão assinar, mas eles tinham delegação para assinar. Quer dizer, não era... Dependendo do contrato e sobre o que era, muitas vezes estava na alçada de uma determinada área assinar. Quer dizer, não era o presidente que assinava. Eles reportavam a mim, sim, que estariam assinando, mas eu muitas vezes não entrava no detalhe de cada um desses contratos — na maioria das vezes até.

O SR. DEPUTADO FABIO GARCIA - O.k. Como Diretor-Presidente, talvez uma das suas principais funções fosse proteger os interesses dos seus acionistas, inclusive com relação à garantia do lucro de cada empreendimento de que a empresa participasse. Correto?

O SR. DALTON AVANCINI - Correto.

O SR. DEPUTADO FABIO GARCIA - O senhor disse aqui que não entende que as propinas pagas pela Camargo saiam de superfaturamento de obra, mas, sim, de uma redução do lucro, o que eu tenho uma certa dificuldade de compreender, já que, se o acionista estivesse disposto a fazer aquela obra por um lucro menor —



óbvio, num certame justo —, vocês ofereceriam aquilo em que o acionista estava confortável e não um preço maior.

Então, essa diferença entre o lucro aceitado pelo acionista e o preço real da obra parece-me que de fato é superfaturamento. O senhor concorda com isso?

O SR. DALTON AVANCINI - Essa questão eu já abordei várias vezes, não é? Quando você fala na PETROBRAS, por exemplo, nós incluíamos o que se pagaria de propina dentro do preço, do orçamento. Conseqüentemente, se você adota isso, você pode falar que é um superfaturamento. Agora, você só saberia se isso saiu ou não no dia que você conclui e tem o resultado final do empreendimento. Quer dizer, se você, ao final, tiver um resultado menor do que o que você orçou, eventualmente você fala que isso não saiu lá de dentro, quer dizer, você acaba tirando do próprio acionista. Então, não é tão simples assim essa conclusão de onde sai o recurso. Agora, eu afirmo, no caso da PETROBRAS, que estava dentro do orçamento esse valor.

O SR. DEPUTADO FABIO GARCIA - Bom, em sendo superfaturamento e em sendo essas obras financiadas direta ou indiretamente à Camargo Corrêa, seja ela financiando o contratante da Camargo Corrêa ou, em alguns casos, diretamente a Camargo Corrêa, há de se pensar que, se por exemplo, num projeto em que a alavancagem é de 70%, 70% desse investimento foram financiados pelo Banco, incluindo esse superfaturamento, e 30% deste recurso foi financiado através de capital próprio, incluindo esse faturamento, já que não há como fazer distinção do que é.

Eu acredito que nem a contratante nem a Camargo nunca tenham apresentado ao BNDES uma planilha de investimento, de CAPEX, onde se distinguiam preços e embaixo vinha superfaturamento ou propina. Então, eu acredito que ela estava distribuída naqueles itens ali previstos naquela planilha de CAPEX. Então, daquele financiamento total, o BNDES acabou financiando, de uma forma ou de outra, 70% ou proporcional livre de alavancagem esses pagamentos de propina. O senhor concorda com esse raciocínio?

O SR. DALTON AVANCINI - A questão é assim: se você apresentou que você teria 8% de margem na hora de fazer análise do negócio; e nesses 8%, no final, você entregou 7 para o seu acionista; se esse 1 você considerar que é o 1 que



foi pago indevidamente, esse raciocínio não estaria certo. Mas no fundo, acho que concordando até com o senhor, é fato: todo recurso que entrou naquele empreendimento, que serviu para pagar o fornecedor, serviu para pagar a propina e serviu para pagar a mão de obra, o equipamento, veio do financiamento. Então, assim, de todo recurso que tem ali, parte veio financiamento e parte veio do próprio acionista, que pôs o recurso dele. Então, o dinheiro veio desses dois caixas, certo? Não tem outro caixa.

O SR. DEPUTADO FABIO GARCIA - O senhor disse que vocês pagaram ou desembolsaram, se eu não entendi mal, aproximadamente 600 milhões de reais em empréstimos direto do BNDES à Camargo Corrêa, no período em que o senhor presidiu a empresa. Nesses contratos diretos do BNDES com a Camargo, houve superfaturamento para pagamento de propina?

O SR. DALTON AVANCINI - Não. E o que eu falei não é isso, o que eu mencionei são financiamentos de projetos em que a Camargo esteve envolvida, quer dizer, que tiveram recursos do BNDES. Não foram financiamentos tomados pela Camargo Corrêa. E eu desconheço o pagamento de propina nesses contratos. Inclusive são contratos da área internacional quase todos.

O SR. DEPUTADO FABIO GARCIA - E nos financiamentos em que a Camargo Corrêa era contratada, mas o BNDES apoiava esses empreendimentos, tem algum em que houve esse caso?

O SR. DALTON AVANCINI - No período em que eu fui Presidente, eu acho que não houve nenhum caso em que houve financiamento direto para a Camargo referente a algum projeto.

O SR. DEPUTADO FABIO GARCIA - Não, não, eu estou perguntando agora indireto, financiamento à contratante da Camargo, se neste empreendimento houve pagamento de propina. O senhor conhece algum?

O SR. DALTON AVANCINI - Não, eu desconheço, exceto a Refinaria do Nordeste, em que houve financiamento do BNDES, e a própria Belo Monte. Nesses casos que já são conhecidos.

O SR. DEPUTADO FABIO GARCIA - Nesses casos conhecidos, sim.

O SR. DALTON AVANCINI - Sim.



O SR. DEPUTADO FABIO GARCIA - Então, fazendo um paralelo, nós estamos dizendo que, nesses casos pelo menos, da Refinaria Abreu e Lima e também de Belo Monte, acabou que o BNDES foi levado a um pagamento superfaturado, e esse pagamento superfaturado da obra foi realizado para pagamento de propina. No final, o BNDES também participou, de forma indireta, do pagando de propina. É isso?

O SR. DALTON AVANCINI - Sim.

O SR. DEPUTADO FABIO GARCIA - Eram essas as perguntas que eu gostaria de fazer. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Fabio Garcia.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Sérgio Vidigal.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - Sr. Presidente Marcos Rotta, eu queria cumprimentar aqui o Sr. Dalton Avancini, ex-Presidente da Camargo Corrêa.

Sr. Dalton, o jornal *O Globo*, em publicação do dia 2 de abril de 2015, informou:

“O presidente da Camargo Corrêa, Dalton Avancini, confessou à Justiça que a empresa pagou propina para executar obras da Ferrovia Norte-Sul, nos mesmos moldes das operações que foram feitas com os contratos da Petrobras, inclusive com formação de cartel entre as empresas.”

O jornal informa ainda que o senhor admitiu que o esquema irrigou os cofres de partidos políticos e agentes públicos:

“As declarações foram feitas em depoimento de delação premiada aos investigadores da Operação Lava-Jato. Na Norte-Sul, a empreiteira participou de contratos no valor de R\$ 1 bilhão, assinados em 2010 com a Valec, estatal ligada ao Ministério dos Transportes que administra as ferrovias brasileiras.”

Em outra parte da reportagem é informado:

“(...) Avancini detalhou a existência, na Norte-Sul, de um esquema similar ao ‘Clube das Empreiteiras’, que determinava quais empresas venceriam as licitações na Petrobras.”

Eu gostaria de fazer a primeira pergunta ao senhor: houve influência de autoridades do Executivo, do ex-Presidente Lula para liberação desses valores?



O SR. DALTON AVANCINI - Veja bem: há um erro nessa informação, porque não fui eu que falei de Ferrovia Norte-Sul. Acho até que existem pessoas falando, mas não fui. Quer dizer, então, essa informação não é verdadeira, não fui eu que fiz denúncia. Eu não trabalhei com a Norte-Sul, não participei de negócios com a Norte-Sul. Então, o nome que colocaram aí está equivocado, não fui eu que falei sobre a Ferrovia Norte-Sul. E a Norte-Sul não faz parte do meu acordo de delação.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - Não faz parte do acordo de delação do senhor?

O SR. DALTON AVANCINI - Não.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - O senhor sabe informar, desse total de 1 bilhão de reais de contratos mencionados na reportagem, de quanto foi o financiamento do BNDES?

O SR. DALTON AVANCINI - Não, não sei.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - Não?

O SR. DALTON AVANCINI - Não sei.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - E como foi formado o Clube das Empreiteiras? De quem partiu o pontapé inicial para a formação do Clube das Empreiteiras?

O SR. DALTON AVANCINI - Bom, eu posso reportar sobre o que eu participei, que foi no caso da PETROBRAS, de que eu também não participei da formação, mas eu sei como funcionava. Não me parece que há nesse clube... No fundo, você pega as grandes empresas e elas se juntam onde interessa para elas. Então, esses acordos. que havia na PETROBRAS... Já existia um grupo de empresas que se conversavam. E a partir daí, elas formaram e depois se deu esse nome de clube. Mas não existia... Ele era focado naquele projeto, naquele grupo de projetos que a gente trabalhava na PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - Esse Clube das Empreiteiras, Sr. Dalton, que determinava quais empresas venceriam licitações de obras públicas, tinha um presidente?

O SR. DALTON AVANCINI - Não, na PETROBRAS não, não tinha presidente do Clube não. *(Riso.)*

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - Não?



O SR. DALTON AVANCINI - Não.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - Não tinha um responsável pelo Clube?

O SR. DALTON AVANCINI - Não, até porque nenhuma empresa aceitaria que tivesse alguém que determinaria qual seria... Isso era... As empresas tinham... Em geral, os executivos das empresas é que participavam das discussões e em conjunto decidiam. A função do que se chama clube era exatamente fazer os acordos para os projetos.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - Não havia ninguém que coordenava esse clube especificamente?

O SR. DALTON AVANCINI - Não, especificamente não.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - E por último, eu gostaria de saber do senhor se o nome “quadrilha organizada”, cujo principal objetivo era vencer licitações públicas pagando propina, substitui bem o nome Clube das Empreiteiras?

O SR. DALTON AVANCINI - Não, eu acho que isso (*riso*) é uma agressão às empresas que talvez se justifique diante desse quadro, mas não era esse o objetivo. Essas empresas não tinham... Os objetivos eram objetivos de mercado, porque as empresas, juntas, tentavam tirar proveito.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - Mas o senhor acha que era correto?

O SR. DALTON AVANCINI - Não, não era correto, tanto que eu estou sendo...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - Então, poderia ser chamado de quadrilha?

O SR. DALTON AVANCINI - Não, não. (*Riso.*) Aí a denominação se dá a que se quiser.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - Sr. Dalton, o Diretor da ONG Transparência Internacional, Sr. Pascal Fabie, em entrevista ao *Estadão* no dia 7 de Julho de 2015, disse:

“Escândalos estão explodindo na mídia. Ficou mais visível o tamanho astronômico do dinheiro desviado. Se você pensar o impacto dessa verba distribuída para a população, é incrível. Chegou ao ponto crítico, onde o tamanho e as implicações em negócios e instituições políticas ficou insustentável. Não se pode



mais ignorar. É uma questão de justiça social. Mas combater corrupção nunca é o bastante.”

Esta é uma afirmação do Sr. Pascal. E continua:

“Ela é como um ‘iceberg’, tem sempre mais abaixo. No final de contas, esta é a metáfora, exponha a corrupção que ela vai derreter.”

Hoje vemos vários setores da economia que estão sendo financiados pelo BNDES. Em quase todos, muitos deles, ouvimos falar de corrupção. E nós perguntamos: como acreditar que todos os financiamentos do BNDES são feitos apenas por critérios técnicos?

E eu gostaria de fazer duas perguntas ao senhor: quais foram os setores em que a Camargo Corrêa pagou propina para atuar? Todos esses setores de financiamentos e empreendimentos tinham financiamento do BNDES?

O SR. DALTON AVANCINI - Bom, dos que eu conheço a questão de pagamento, foram os que eu coloquei na minha delação. Quer dizer, teve no setor elétrico, no setor de óleo e gás, porque eu tive conhecimento diretamente disso. Esses casos necessariamente não... Alguns projetos têm financiamento do BNDES, mas quem toma esses financiamentos são as empresas contratantes, como eu já falei anteriormente.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - Mas o senhor sabe informar se todos esses tinham financiamento do BNDES?

O SR. DALTON AVANCINI - Não sei se todos, mas a grande parte, sim.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - O senhor poderia citar alguns deles?

O SR. DALTON AVANCINI - Belo Monte, a Refinaria do Nordeste, o próprio COMPERJ parece que tem financiamento do BNDES. Quer dizer, esses megaprojetos exigem muitos recursos e acabam tendo uma participação do BNDES.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Sérgio Vidigal.

Concedo a palavra ao Deputado Caio Narcio, pelo tempo de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sr. Presidente, Sr. Relator, que se ausenta, mas lembrando a ele a tarefa, Sr. Relator José Rocha também, ex-Presidente da Camargo Corrêa Sr. Dalton Avancini, gostaria que o senhor



prestasse atenção porque, à medida que eu for perguntando, gostaria que o senhor pudesse ir me respondendo.

Eu vou fazer uma lembrança ao senhor: o senhor está aqui convocado e sob juramento, portanto, se o senhor mentir, ou se ausentar com a verdade, ou deixar de falar alguma coisa dizendo que não sabia e depois ficar comprovado que o senhor sabia, isso incorreria em outro crime. Então, eu gostaria de alertar porque talvez fosse melhor o senhor, às vezes, ficar sem responder do que responder uma coisa que não seja verdadeira, apesar de que eu acredito que o senhor pode nos ajudar a enfrentar essas questões.

O senhor conhece o ex-Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva?

O SR. DALTON AVANCINI - É uma figura pública, não é? Como figura pública, eu conheço.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Mas o senhor tem relação com ele?

O SR. DALTON AVANCINI - Jamais. Nunca tive.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Nunca conversou com ele individualmente, em outra ocasião?

O SR. DALTON AVANCINI - Não. Como eu já falei, em eventos públicos, inaugurações e tal, em algum momento eu estive com ele.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Obrigado.

Nunca teve reuniões com ele?

O SR. DALTON AVANCINI - Jamais.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - E o Sr. Gilberto Carvalho?

O SR. DALTON AVANCINI - Também conheço. Era uma pessoa pública.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Não tem relações diretas com ele nem reuniões?

O SR. DALTON AVANCINI - Não.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - E o Sr. João Vaccari?

O SR. DALTON AVANCINI - Não.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - O senhor conhece o Sr. Palocci?

O SR. DALTON AVANCINI - Também como figura pública.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Não tem relação nenhuma com ele?

O SR. DALTON AVANCINI - Nunca estive com ele.



O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - O senhor tem relação direta com algum político que se envolveu nessa estrutura de pagamento de propina?

O SR. DALTON AVANCINI - Não.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Com nenhum político?

O SR. DALTON AVANCINI - Nenhum.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - O senhor nunca teve reunião com ninguém?

O SR. DALTON AVANCINI - Não, reuniões, assim, eu posso até...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Para conversar desse assunto, não?

O SR. DALTON AVANCINI - Jamais. Nunca tive.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - E quem tratava esses assuntos da propina com o senhor?

O SR. DALTON AVANCINI - Na PETROBRAS tinha o Vice-Presidente, que era o Eduardo Leite, que também participou da delação premiada.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - E o senhor nunca participou da reunião da propina?

O SR. DALTON AVANCINI - Não.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Com alguém da PETROBRAS, não?

O SR. DALTON AVANCINI - Não.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Com ninguém? Nenhum político, nenhuma conversa direta?

O SR. DALTON AVANCINI - Não.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Absolutamente não.

O SR. DALTON AVANCINI - Absolutamente não. Como eu já mencionei, quer dizer, eles tinham...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Não, está bom. Obrigado.

Eu gostaria de saber se o senhor recebeu algum recurso direto dentro desse esquema de propina para o senhor, além da empresa?

O SR. DALTON AVANCINI - Jamais.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - O senhor poderia me explicar qual relação o senhor tinha com o BNDES? O senhor já teve relação direta com alguém do Banco?



O SR. DALTON AVANCINI - Não tinha relação. Como eu já falei, tinha uma diretoria, uma vice-presidência financeira. Nunca estive sequer no Banco.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Tudo bem. Já entendi que, na empresa, quando o senhor não quer saber, tem uma diretoria e que o presidente não sabe de nada.

O SR. DALTON AVANCINI - Eu nunca fui ao BNDES.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Então, o senhor nunca foi ao BNDES, nunca ligou para ninguém do BNDES, não conhece nenhum nome do BNDES, não passou nada pelo BNDES?

O SR. DALTON AVANCINI - Não. Conheço nomes públicos, o Presidente...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Não, conhecer, que eu digo, é representação direta, contato direto, reunião marcada, ida, reunião que foi feita em algum lugar, telefone. Nada?

O SR. DALTON AVANCINI - Nada.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Quem poderia conhecer isso em nome da Camargo Corrêa?

O SR. DALTON AVANCINI - O Vice-Presidente.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Como ele se chama?

O SR. DALTON AVANCINI - Carlos Ojeda.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Carlos Ojeda. Foi ele que fez a relação da Camargo Corrêa com o BNDES?

O SR. DALTON AVANCINI - Ele era o Vice-Presidente Financeiro responsável por isso.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Certo. Então, ele que conversava com as pessoas?

O SR. DALTON AVANCINI - Ou ele ou a equipe dele.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Agora, o senhor conversava com o Vice-Presidente a respeito do andamento dos contratos da empresa?

O SR. DALTON AVANCINI - Sim.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sim. E o que ele falava para o senhor? Com quem ele tinha contato? O senhor sabe dizer?

O SR. DALTON AVANCINI - Não me recordo, não.



O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - O senhor nunca tratou de assuntos com o Vice-Presidente a respeito da tramitação de seus casos no BNDES? E com quem ele conversava nesses assuntos que ele te falava? — *“Olha, atrasou aqui porque tal pessoa não atendeu, está esperando o contrato lá.”* O senhor já teve esse tipo de conversa?

O SR. DALTON AVANCINI - Eles tinham diversas reuniões com equipes técnicas, tinham apresentações sobre a empresa. Eles se relacionavam com todo mundo no banco.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Na prática, sempre tem uma decisão para ser feita.

O SR. DALTON AVANCINI - Eu não me recordo de nenhum cara específico...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - O senhor não se recorda ou não teve? Porque é diferente não se recordar e não ter.

O SR. DALTON AVANCINI - Eu tenho certeza absoluta de que a empresa e essas pessoas tiveram várias relações e conversas com pessoas do BNDES.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Mas o senhor não se recorda de falar sobre esse assunto com ninguém deles?

O SR. DALTON AVANCINI - Não.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Nem *e-mail*, nem mensagem de celular, nem ao telefone, em ocasião alguma o senhor não se recorda de ninguém que faça relação direta com o BNDES?

O SR. DALTON AVANCINI - Exatamente. Não me recordo de nomes do BNDES que tenham tido relacionamento...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Então, não se recorda ou não teve? É diferente.

O SR. DALTON AVANCINI - Não, não me recordo. A empresa teve, com certeza.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Não, o senhor... O senhor não teve?

O SR. DALTON AVANCINI - Eu não tive.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - O senhor está afirmando que não teve nenhuma conversa, mesmo com o seu Vice-Presidente, a respeito de nomes do banco?



O SR. DALTON AVANCINI - Certamente, o meu Vice-Presidente, em algum momento, falou: *“Eu estive com...”*

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Com quem?

O SR. DALTON AVANCINI - Pode ser até o Presidente do BNDES...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Com quem?

O SR. DALTON AVANCINI - Bom, com pessoas do BNDES. Não vou citar nomes aqui porque...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Então, o senhor não se recorda do nome exato que fazia a relação.

O SR. DALTON AVANCINI - Não me recordo. Não.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Mas o senhor sabe que teve?

O SR. DALTON AVANCINI - Claro.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Então, ele que manteve a relação direta com o banco?

O SR. DALTON AVANCINI - Exatamente.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Então, talvez, seria importante a gente ouvi-lo aqui.

O SR. DALTON AVANCINI - Não sei se, se...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Não, é uma pergunta para você. Não sabe... Sim ou não?

O SR. DALTON AVANCINI - Como os nossos financiamentos são muito poucos... Quer dizer, eu acho que não seria relevante, mas...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Não, financiamentos muito poucos, de grande relevância aqui... O senhor está falando...

O SR. DALTON AVANCINI - Dentro do BNDES, nós somos...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - E qual o valor que o senhor recebeu do BNDES que o senhor acha pouco?

O SR. DALTON AVANCINI - Não é questão de pouco...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Quanto que é nos contratos, desde que V.Sa. assumiu a presidência? Quanto que foi o valor que esteve em contratos do BNDES na sua gestão?



O SR. DALTON AVANCINI - Na minha gestão, o único contrato que foi assinado foi um em 2012, que foram 53 milhões de dólares. E tem um... Como eu assumi em outubro, em dezembro teve um de 45 milhões de dólares, como eu mencionei anteriormente.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Isso, realmente, para o senhor que paga 110 milhões só de propina, é um valor baixo. Eu acho que para o Brasil não é.

O SR. DALTON AVANCINI - Veja bem, eu estou falando sobre uma empresa que faturava 6 bilhões de reais. Digamos assim, não é questão pra mim...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Não, eu estou falando de uma empresa que está fazendo uma corrupção de 110 milhões. Se para o senhor isso não é muito ou pouco, é um juízo de valor de V.Sa. Nosso não é. Eu acho muito e acho um valor considerável. Se isso aqui não passou pelo conhecimento do senhor, tudo bem. Isso aí nós vamos procurar saber de outras maneiras.

O senhor se importaria que a gente pudesse fazer, por exemplo, uma quebra de sigilo no seu telefone...

O SR. DALTON AVANCINI - Claro.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - ...nos seus *e-mails*, nas suas contas bancárias para comprovar isso?

O SR. DALTON AVANCINI - Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - O senhor permite?

O SR. DALTON AVANCINI - Permito.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Então, quer dizer, Presidente, nós não precisamos nem passar aqui, porque ele está...

O SR. DALTON AVANCINI - Acho que até já foi feito...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Não, mas a Comissão não teve a oportunidade de ver. Então, eu acho que seria até de grande valia que a gente pudesse ter esses sigilos de conhecimento da Comissão, para a gente poder confirmar a sua versão desses fatos.

O SR. DALTON AVANCINI - Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - O senhor não era presidente na época do contrato dos 200 milhões de capitais de giro, né?



O SR. DALTON AVANCINI - Eu não me recordo se, durante a minha presidência, nós tomamos algum recurso de capital de giro.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Não, tem um recurso aqui, na época...

O SR. DALTON AVANCINI - Que ano que é? Se for... Eu fui presidente entre 2011...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Não, eu não sei... Entre 2007 e 2012.

O SR. DALTON AVANCINI - Não...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Quem era o presidente antes do senhor?

O SR. DALTON AVANCINI - Antonio Miguel Marques.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - E ele está onde hoje?

O SR. DALTON AVANCINI - Não sei.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Não está mais na Camargo?

O SR. DALTON AVANCINI - Não.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - O senhor o substituiu por quê?

O SR. DALTON AVANCINI - Uma decisão do acionista.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Não, ele se retirou ou foi retirado pelo Conselho?

O SR. DALTON AVANCINI - Não, não, foi uma decisão dele com o acionista. Não sei qual foi o motivo.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Ele que se retirou do cargo, e depois te acionaram como presidente?

O SR. DALTON AVANCINI - Não sei, não sei. Não, não houve uma...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - O senhor não estava na empresa na época?

O SR. DALTON AVANCINI - Não houve uma demissão. Ele foi... Isso foi uma decisão da empresa. Não sei qual foi...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Não, mas é isso que eu estou perguntando.

O SR. DALTON AVANCINI - Se ele pediu para sair ou se a empresa pediu para que ele saísse não sei dizer.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Mas o senhor trabalhava na empresa?

O SR. DALTON AVANCINI - Trabalhava.



O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - E não sabe por que foi substituído?

O SR. DALTON AVANCINI - Não sei.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Quais eram suas características, para tirá-lo e colocar o senhor, que ele não tinha? O senhor não sabe dizer?

O SR. DALTON AVANCINI - Isso foi uma decisão do Conselho de Administração.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - O senhor não sabe dizer?

O SR. DALTON AVANCINI - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Peço para V.Exa. finalizar, por gentileza.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Não, eu concluo o meu raciocínio. Agradeço as palavras do Sr. Dalton Avancini. Peço perdão por ter me estendido no tempo. Realmente, é uma situação muito trágica para o Brasil o que nós estamos passando. E tomara que a gente possa, através das informações, avançar para ter encontro com a verdade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Bebeto, pelo tempo de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO BEBETO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Dalton Avancini... Parte dos questionamentos que eu iria dirigir ao Sr. Dalton, de certa forma, foram feitos, Sr. Presidente. Mas eu quero aqui rapidamente fazer algumas observações.

Primeiro, é verdade que nós temos poucas empresas do porte da Camargo que atuam no mercado de construção do Brasil e que, sem sombra de dúvidas, outras não teriam condição de alcançar projetos importantes na área da PETROBRAS, na área de infraestrutura e na área de energia tanto quanto estas empresas. E isso não é um crime. Se nós observarmos, em qualquer país, você vai... a FCC e tantas outras empresas importantes, na França, na Espanha, enfim, tantas outras empresas... São poucas empresas de porte que nós temos nesses países que também disputam, obviamente, parte do mercado da construção globalmente, e esse esforço realizado pelas empresas brasileiras não pode ser



considerado como uma criminalização, esse processo de internacionalização das suas ações, de busca de mercados, na América Latina, Caribe ou em qualquer outro país. Acho que essa é uma coisa que nós precisamos deixar clara, que, ao revés do que pensam alguns, isso engrandece a engenharia brasileira, e deve ser objeto de orgulho para os brasileiros o engrandecimento da engenharia brasileira. Este é um fato.

No que tange ao objeto desta própria Comissão relativamente à verificação de que... se esses financiamentos realizados pelo BNDES para serviços de engenharia fora ou mesmo no caso do empréstimo para capital de giro, se há um empréstimo vinculado ao processo de financiamento. Acho que esse é o escopo da nossa própria Comissão.

Eu queria, então, com base nas respostas aqui já dirigidas pelo Sr. Dalton Avancini, fazer algumas observações.

Primeiro, é claro que nós conhecemos que essas empresas se estruturam com uma série de unidade de negócios e cada uma com um nível de responsabilidade das suas lideranças operacionais, quer seja no âmbito da própria Camargo Corrêa ou de qualquer outra grande empresa. No entanto, essas empresas, a despeito de terem um conjunto de unidades líderes operacionais que se responsabilizam por cada uma dessas unidades de negócio ou aquele líder que, no caso da própria Camargo, da área de óleo e gás, tem uma responsabilidade, esta é uma responsabilidade daquela unidade. No entanto, há uma política de governança estabelecida pelas empresas que é parte da responsabilidade conjunta, independente da liderança exercida por aquele líder naquela unidade de negócio.

Se assim o é, objetivamente, os fatos já revelados por V.Sa. e trazidos à tona... Aqui algumas perguntas lhe foram dirigidas. A minha talvez rasa compreensão em relação a esta política de governança me coloca alguns questionamentos que talvez V.Sa. pudesse mais claramente explicar.

Ora, se, na política de governança, você tem, nela, estruturada, a pessoa responsável pela relação institucional, você tem o diretor e o vice-presidente, que assume a área de finanças, obviamente, que, tanto no nível dos projetos quanto no nível das ações relativamente ao financiamento, quer seja de alguma área social ou



ainda mesmo de financiamento, não é ao alvedrio da presidência ou da política de governança que existe na empresa.

Então, nessas circunstâncias, assim como V.Sa. muito bem revelou ao Brasil esta relação entre os 110 milhões pagos, não poderia deixar de considerar e saber o alcance de alguns desses financiamentos que foram feitos ou doações realizadas, inclusive, no que tange à própria pergunta anteriormente formulada, para o Instituto Lula. Então, esta é uma política de governança, senão ela não seria uma política de governança, seria algo realizado ao alvedrio da própria Presidência da empresa.

Claro que aí nós sabemos que há uma estrutura, Presidente do Conselho de Administração, você tem o Presidente da empresa, tem uma estrutura. Mas, na política de governança, isso jamais seria possível, em qualquer empresa, né? E nós conhecemos, todos aqui conhecemos... A política de governança não se permitiria uma falha dessas.

Então, você considera, então, que essas políticas de governança das empresas — primeira pergunta —, elas não são pra valer, ou cada um age isoladamente de acordo com a sua responsabilidade? Não existe...

Encerro, Sr. Presidente...

Essa é uma observação.

Segunda. Ainda relacionado ao Banco, claro que os financiamentos realizados para serviços de engenharia e construção... V.Sa. entende que o financiamento realizado pelo BNDES para serviço de engenharia e de construção, na lógica aí, eu diria, de ajudar tanto a expansão das empresas no mercado internacional, mas com o rebatimento no mercado interno, porque você agrega uma cadeia de fornecedores na exportação desse serviço que obviamente tem um rebatimento no nível da indústria brasileira em função de uma série de fornecedores dessa cadeia que se estrutura... Uma que V.Sa. identifica... É nociva ao País, é benéfica ao País esta política de financiamento do BNDES aos serviços de engenharia e construções? O que nós alcançamos com esta política do BNDES em termos de internacionalização das ações da engenharia brasileira e dessas empresas chamadas campeãs do Brasil na área da construção?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Bebeto.



Passo a palavra ao Sr. Dalton Avancini.

O SR. DALTON AVANCINI - Bom, com relação à governança, né, Deputado, eu concordo plenamente com o senhor. Assim, há uma falha muito grande na governança dessas empresas. Eu, infelizmente, né, eu tinha... No último ano, dentro da empresa, uma das minhas únicas tarefas ou a maior tarefa era exatamente a estruturação de um sistema diferente de governança, até porque, né, em dezembro de 2013, foi quando houve a regulamentação da Lei Anticorrupção, né? Quer dizer, é uma lei extremamente severa, aí, né, que... E eu tinha como meta, né, e trabalho criar um sistema de governança para que nós conseguíssemos ter muito mais controle sobre diversas operações. Não é simples, numa operação de 6 bilhões, em vários países, em todos os Estados do País e em mais de uma centena de obras você ter esse controle. Talvez até por isso mundialmente não seja incomum, né, esse setor de construção ser um setor que tem problemas com relação aos casos de corrupção, acho que, talvez, pelo volume de recursos que envolvam, né, os grandes projetos de infraestrutura e pela governança. Eu posso citar novamente a PETROBRAS, como eu falei desde o início. No caso da PETROBRAS, assim, os pagamentos feitos dentro da obra da RNEST eram feitos por um fornecedor a um terceiro. Então, assim, o que ele recebia nem o sistema de auditoria da empresa era capaz de pegar, porque havia uma contratação de um fornecedor, o fornecedor recebia, e ele é que pagava uma comissão a terceiros. Então, não é simples, mas eu acredito fortemente que essas empresas precisam melhorar, né, e têm que criar sistemas de governança muito mais rigorosos para que funcionem efetivamente esses controles. Com relação ao financiamento, eu não tenho dúvida da importância de você ter um banco. Eu já falei, mencionei, em outras respostas aqui. É importante você ter um banco de fomento. Eles trazem valor para essas empresas. Quando essas empresas operam internacionalmente, você consegue exportar também produtos daqui para esses países. O que eu acho que também precisa ser feito é... com bastante critério para que isso seja efetivo, né, ou seja, que essas exportações de fato ocorram, para que você gere empregos aqui também e não simplesmente levando um dinheiro barato para outro país usufruir desse dinheiro, né? Quer dizer, é um dinheiro da sociedade brasileira. Então, é importante, sim. Acho que essas empresas, como mencionei, também, quando elas geram resultado fora, elas trazem



esse resultado aqui e vão investir aqui. Então, deve existir... mas precisa-se criar critérios, né? Quer dizer, isso não pode ser... A forma, né, de... como essas empresas conseguem esses financiamentos acho que precisa ser uma coisa muito transparente para que a gente tire o maior proveito possível desses recursos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Sa.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Edio Lopes.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Dalton Avancini, eu tenho observado, de uma forma muito especial, nesta reunião, que há uma tentativa de trazer a Lava-Jato para dentro desta CPI, mesmo porque, quando esta CPI foi instituída, a maioria ou quase todos nós, em maior ou em menor grau, tínhamos a convicção e tínhamos a expectativa de que a CPI do BNDES seria a CPI do fim do mundo, seria a CPI que traria finalmente à sociedade brasileira as profundezas da corrupção no País. Todavia, o que nós vimos até agora, a bem da verdade e rigorosamente a bem da verdade, é que nesta CPI, por mais que tenhamos nos esforçado... Nós vimos aqui...

Primeiro, imaginávamos que o BNDES estava pegando bilhões de reais da sociedade brasileira e jogando janela afora, jogando em investimentos que não trariam retorno, ou que o Banco ou a sociedade brasileira jamais veriam esse dinheiro de volta. E o que nós vimos aqui foi que, entre os cinco ou seis maiores bancos de desenvolvimento do mundo — e aí inclusos Alemanha, Japão, Estados Unidos, Coreia, China, o nível de inadimplência do BNDES em comparação com esses bancos, rigorosos que são —, nós somos o terceiro, dentre os seis. Então, caiu por terra a expectativa de muitos de que bilhões de reais, bilhões de dólares do povo brasileiro estavam jogando fora sem expectativa de retorno.

Aí veio: *“Ah, mas o Governo, nos últimos tempos, o BNDES tem pegado o dinheiro que poderia estar financiando projetos aqui dentro e tem priorizado financiamentos lá fora”*. Novamente a tese caiu por terra quando nós descobrimos que governos passados chegaram a investir até 18% do montante investido pelo Banco lá fora, 18%. Atualmente, não chegamos a 2% desse montante. Novamente uma tese...

Aí: *“Não, porque se investe em países com afinidade político-ideológica”*. E novamente eu tive o cuidado de levantar os países de ontem e os países de hoje. E



nós vemos que estão dentro do mesmo contexto, os países africanos, países da América Central e países latino-americanos, e vai por aí, porque são os tomadores de empréstimo desse gênero no mundo inteiro, quer seja do banco estatal... do banco de desenvolvimento brasileiro ou do banco de desenvolvimento alemão ou japonês. São os mesmos clientes.

Então, nós vemos aqui agora um esforço, talvez até por não termos encontrado até agora um *link*, algo realmente substancial que traga a expectativa, que traga a consolidação daquela expectativa de que o BNDES era um saco sem fundo... Nós vemos aqui os financiamentos rigorosamente com os seus pagamentos em dia. Pelo menos foi o que o BNDES cansou de dizer aqui nesta mesa, e até hoje não apareceu ninguém para dizer o contrário. Eu tenho que ter como verdade. Daí, nós hoje estamos num esforço aqui de trazer a Lava-Jato finalmente para dentro da CPI do BNDES.

E aí é que eu quero perguntar ao Sr. Valter se a empresa dele também, a exemplo dos empréstimos que tomou do BNDES, a exemplo de outras empresas, se a Camargo Corrêa também pleiteou e conseguiu empréstimos de outros bancos, bancos privados aqui dentro do Brasil e bancos lá fora também, bancos estrangeiros. Se positiva essa pergunta, qual foi o nível de exigência de uns, dos outros e do BNDES para a consignação desses mesmos financiamentos? Se o senhor, em positiva a minha pergunta, se o senhor via uma facilidade que o BNDES oferecia a sua empresa, talvez aí... e aí essa facilidade obrigatoriamente teria a ver com risco ou com influência política, qual dos dois ou se os dois, em relação a possíveis empréstimos, se positiva a resposta, de outros bancos.

E eu pergunto ainda se, quando a Camargo Corrêa ia tomar empréstimo do BNDES para esse ou para aquele projeto, se nessa discussão — e o senhor aqui já falou que não era o senhor que tratava disso, mas eu quero insistir, para que nós possamos afastar essa questão da Lava-Jato, com a questão do empréstimo do BNDES —, se nessa discussão tinha percentual envolvido, como o senhor declarou aqui que tinha no caso da PETROBRAS. Segundo, se o BNDES, quando ia contratar empréstimo com o senhor, se o BNDES fazia rigoroso levantamento e discussão de preços de obra com a Camargo Corrêa para a consignação dos empréstimos.



Então são essas as minhas perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Edio. Passo a palavra ao Sr. Dalton Avancini.

O SR. DALTON AVANCINI - Bom, com relação a... Eu queria reiterar só que, assim, a Camargo, nesses casos, ela não era tomadora final do empréstimo, né? Quer dizer, quem era... O tomador são os governos ou são as empresas que nos contrataram, né? Quer dizer, então nós não éramos tomadores desses financiamentos. Eu não me recordo dessa questão do financiamento para capital de giro, né, que foi mencionada pelo Deputado, mas eu afirmo que, assim, o rigor do BNDES com esses financiamentos era muito grande, assim, a ponto de nós não recebermos, e isso era um problema discutido internamente, assim, necessidade de pôr capital em projetos, porque não saía o financiamento do BNDES, em função do rigor que ele tinha para fazer as análises e dos critérios que o Banco tinha para conceder o financiamento, até para os governos de outros países, né? Quer dizer, então...

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - O rigor do BNDES o senhor julga compatível com o rigor dos bancos privados, os mais exigentes do mercado?

O SR. DALTON AVANCINI - Com certeza absoluta. Assim, eles tinham... O rigor é muito grande, né? Quer dizer, e não era fácil, né, assim, qualquer recebimento. Por exemplo, às vezes, quando a Caixa Econômica financia algum terceiro, alguma prefeitura... Assim, os critérios do BNDES eram mais rigorosos do que da Caixa, do que... Então, assim, não era, não havia nenhum tipo de facilitação por parte do BNDES, muito pelo contrário. Com relação a preços, né, eu... Quem faz, né, essa checagem dos preços e quem verifica os preços é o contratante, né? Quer dizer, eu acredito que o Banco tenha alguns critérios dele de análise, mas não é o Banco quem faria esse levantamento e teria...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DALTON AVANCINI - Não é... O Banco teria até dificuldade pra chegar a um... Exceto um exagero, mas esses contratos, nenhum deles tem nenhum tipo de exagero, né? Quer dizer, então o Banco não teria muito como fazer essa checagem, né? Quer dizer, o contratante é que detém os critérios dele para análise desses preços aí, né?



O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, com a devida vênica de V.Exa., eu faço, até pelo encaminhar das respostas do depoente, eu faço um questionamento. E eu gostaria que V.Sa. usasse do mais sagrado que lhe tem de verdade. O senhor vê algum *link* entre Lava-Jato e esses empréstimos que o BNDES fez a sua empresa ou a outras empresas?

O SR. DALTON AVANCINI - Não. No caso da Camargo, eu afirmo com... Nenhum *link*.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Não há nenhum *link*?

O SR. DALTON AVANCINI - Nenhum *link*.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Nem na esfera política?

O SR. DALTON AVANCINI - De forma alguma. De forma alguma.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - O.k. Estou satisfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Edio. Passo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Alexandre Baldy.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Boa tarde, Sr. Presidente, Deputado Marcos Rotta, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Dalton Avancini, ex-Presidente da construtora Camargo Corrêa.

Gostaria de fazer breves perguntas. O senhor, enquanto Presidente da empresa Camargo Corrêa, cujo faturamento é de 6 bilhões de reais, com outras atividades industriais, dentro do grupo da *holding* familiar, da família Camargo, já conseguiu algum empréstimo bancário no Brasil para capital de giro com juros de 3,8 ao ano?

O SR. DALTON AVANCINI - Eu não sou especialista na área financeira, mas realmente é uma taxa muito boa. Não sei se em algum caso chegou a ter essa taxa.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Então, o senhor é o Presidente da...

O SR. DALTON AVANCINI - Não, eu... Assim, veja bem...

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - O senhor era Presidente da companhia. O senhor tem conhecimento de algum dia o senhor ter entrado no Bradesco, no Itaú, no Santander, no Banco do Brasil ou Caixa Econômica e ter conseguido um empréstimo para capital de giro com juros de 3,8% ao ano?

O SR. DALTON AVANCINI - Não, não me recordo.



O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - O senhor tem alguma notícia de algum empréstimo que tenha a taxa de juros próxima a isso, para capital de giro?

O SR. DALTON AVANCINI - Como eu falo, não sou especialista na área financeira, mas eu não...

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Mas, com certeza, para ser Presidente de uma companhia de 6 bilhões de reais, o senhor entende perfeitamente a área de finanças.

O SR. DALTON AVANCINI - Perfeitamente não, minimamente.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Mas eu não acredito que a família Camargo, com uma tradição de mais de 50 anos dentro do setor, colocará um presidente que não toma conhecimento do que é negociado da estruturação financeira e principalmente de captação de recursos.

O SR. DALTON AVANCINI - Eu posso afirmar que é uma taxa muito boa.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Então, o senhor não tem ciência de que possa existir taxa igual no Brasil de qualquer banco privado?

O SR. DALTON AVANCINI - Não, não conheço.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - O senhor acredita que possa haver qualquer tipo de vínculo entre um empréstimo concedido para capital de giro com uma taxa que não existe no mercado brasileiro... Porque eu ouço aqui perguntas no sentido de que o BNDES é realmente um mar de rosas. *“São empréstimos que foram concedidos que realmente ajudaram a economia, todos foram extremamente corretos, e não há link com a Lava-Jato.”* Ora, o senhor acredita que o projeto da Refinaria Abreu e Lima sairia do papel se não houvesse o BNDES?

O SR. DALTON AVANCINI - Não, mas essa é uma decisão do Governo, né? A *(ininteligível)* não tem nada a ver.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - O senhor acredita que ele sairia do papel se não houvesse o BNDES?

O SR. DALTON AVANCINI - Depende do que...

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - O senhor acredita que o projeto...

O SR. DALTON AVANCINI - A PETROBRAS poderia fazer.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - ...estaria de pé sem o BNDES?



O SR. DALTON AVANCINI - A PETROBRAS poderia... Naquele momento, talvez sim.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - O senhor acredita que um projeto como Belo Monte se concretizaria sem o BNDES?

O SR. DALTON AVANCINI - Com as tarifas de energia que foram colocadas, talvez não.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Então, elas só foram realizadas porque o BNDES financiou, estruturou financeiramente essas operações?

O SR. DALTON AVANCINI - É possível.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Então, eu acredito que esta CPI do BNDES, que nós investigamos aqui, Dr. Dalton Avancini, ela tem correlação com a Operação Lava-Jato, sim, porque, obviamente, obras que foram superfaturadas e motivo de pagamento de propinas, assim como V.Sa. já declarou em sua delação premiada, elas foram financiadas pelo BNDES. Então, elas estão correlacionadas com o financiamento, a estruturação financeira do banco que aqui ora nós investigamos.

O senhor tem conhecimento se o ex-Presidente Lula já utilizou algum avião da família Camargo ou da companhia Camargo Corrêa em alguma operação?

O SR. DALTON AVANCINI - Não, desconheço.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - O senhor já tem conhecimento se ele frequentou alguma fazenda do Grupo Camargo, em algum local no Brasil, seja no Pantanal, seja em qualquer outro?

O SR. DALTON AVANCINI - Que eu... Eu não, não... Que eu tenha participado, não.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Qual era o contato do senhor, de V.Sa., com os acionistas da companhia? Qual era a previsão de reuniões agendadas com a família Camargo? E a quem V.Sa. se reportava diretamente, da família?

O SR. DALTON AVANCINI - Eu me reportava ao Conselho da empresa, né, e, durante o período em que eu fui Presidente, alguns acionistas foram membros do Conselho.



O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Então, qual era o contato de V.Sa.?

O SR. DALTON AVANCINI - Quando... O meu reporte ao Conselho da empresa era bimensal, às vezes até mensal, dependendo do período. Então... E eram reuniões formais do Conselho, de que eu participava, em que eu me reportava aos resultados da empresa.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Bem, eu agradeço a V.Sa. pelas respostas.

Eu acredito que aqui (*ininteligível*) Sr. Presidente, já está de bom tamanho. E acredito que o BNDES foi marcha de manobra para que construções, operações gigantescas, que culminaram na Operação Lava-Jato, fossem realmente utilizadas. Então, eu discordo da opinião de muitos que dizem que nós não temos nada que investigar, que aqui simplesmente estamos passando o nosso tempo. Nós assistimos aí, nesses dias — não é isso, Deputado Miguel? —, que houve tráfico de influência por parte do ex-Presidente Lula. Documentos que foram publicados nos veículos foram colocados à disposição de toda a sociedade. Obviamente, nós temos muito o que investigar, nós temos muito aqui o que revelar, porque quase meio trilhão de reais, em dinheiro público, foi colocado no BNDES, Sr. Dalton Avancini.

Então, o senhor, como presidente de uma grande companhia, o senhor tem ciência de que nós temos aqui a responsabilidade de averiguar se ex-Presidentes, como Luiz Inácio Lula da Silva, se beneficiaram, e por que, obviamente, uma empreiteira que concorria, como a de V.Sa., pagava viagens, voos internacionais, de 600, 700 mil reais simplesmente para proferir palestras, sendo que o ex-Presidente do Estados Unidos Bill Clinton cobra por uma palestra 250 mil dólares. Então, quer dizer, eu não acredito que o nosso, apesar do respeito que tenho pelo ex-Presidente Lula, possa ir à África para proferir uma palestra com custos acima de 1 milhão de reais para uma empresa privada, que tenta buscar aí financiamento, principalmente com recursos do BNDES.

Então, eu agradeço, Sr. Presidente. Eu espero que a gente possa avançar muito nesta CPI, porque nós temos uma grande responsabilidade com a população. E nós temos, sim, aqui, formas, formatos e principalmente muita investigação para que se apure definitivamente o que foi feito com o dinheiro público no BNDES e o



tráfico de influência que foi realizado pelo ex-Ministro Fernando Pimentel, pelo ex-Ministro Antonio Palocci e, principalmente, pelo ex-Presidente Lula.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa., Deputado Baldy.

Eu queria agradecer a presença do Sr. Dalton Avancini, a quem dispenso já das suas obrigações com esta CPI. Agradeço à assessoria jurídica que aqui está, às Sras. e aos Srs. Parlamentares e, em especial, ao Juiz Sérgio Moro, porque foi através da sua sensibilidade, ao autorizar a vinda do Sr. Dalton Avancini a esta Comissão, que nós pudemos hoje promover esta oitiva. Agradeço a presença dos senhores e das senhoras.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente reunião, antes convocando nova reunião para quinta-feira, dia 8 de outubro, às 9h30min.

Está encerrada a presente reunião.